Senhores Acionistas

A Administração da Claro Telecom Participações S.A. ("Claro Telecom" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

1 - Introdução

A Companhia foi constituída em 27 de setembro de 2004 de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral das Telecomunicações, sediada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. Tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), uma sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia, através de suas controladas, diretas e indiretas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura e outros serviços em nível nacional e internacional, bem como exploração de capacidade satelital, sendo todos estes negócios regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("Anatel").

A Companhia detém o controle direto ou indireto, principalmente, das seguintes controladas:

- Claro S.A. ("Claro") – empresa que atua no mercado de telecomunicações, principalmente, de telefonia local e de longa distância nacional e internacional ("STFC"), no Serviço Móvel Pessoal ("SMP"), em transmissão de dados ("SCM") e TV por assinatura ("SeAC").

- Star One S.A. ("Star One") – é a principal empresa brasileira provedora de capacidade satelital.

- Primesys Soluções Empresariais S.A. ("Primesys") - empresa que presta serviços especializados de circuito e de rede de telecomunicações.

- Telmex do Brasil S.A. ("Telmex do Brasil") – empresa que presta serviços de comunicação de dados e de internet.

- BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter") - operadora de *Call Center*.

- Americel S.A. (“Americel”) – empresa que atua na implantação, operação e prestação de serviços de telecomunicações, bem como a compra, venda, locação, cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, importação e a exportação de equipamentos e outros produtos, e prestação de serviços correlatos,

- Reyc Comércio e Participações Ltda. (“Reyc”) – é a empresa que atua na importação e venda de equipamentos.

- Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V., - atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música.

- IMusica LLC, - atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música.

- Ideas Musicales S.A. (Argentina), que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música.

- Ideas Musicales de Colombia S.A.S., que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música.

Algumas empresas do grupo América Móvil no Brasil, principalmente a Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. (“Claro TV” ou “Tvsat”), embora estejam sob a mesma gestão, não tem seus resultados consolidados pela Companhia. O termo “Claro Brasil” refere-se a todas as empresas do grupo América Móvil no Brasil.

- **Cenário Econômico**

O ano de 2017 foi marcado por alto nível de ociosidade da capacidade industrial, e níveis de desemprego elevados que afetaram negativamente o consumo das famílias.

Ao longo do ano, a economia experimentou sucessivas reduções da taxa básica de juros encerrando 2017 a 7%, bem abaixo da taxa de fechamento de 2016 que foi de 13,75%, e a expectativa é que ocorram pequenas alterações ao longo do ano. A taxa de câmbio da moeda norte-americana encerrou 2017 cotada a R$3,3080, ligeiramente acima do encerramento de 2016 que foi de R$3,2591.

A inflação, medida pelo IPCA, fechou em 2,95%, abaixo da meta estabelecida pelo Banco Central.

Ao final do ano, o cenário econômico brasileiro dava sinais de uma gradual recuperação da economia e comemorou uma leve melhora nos níveis de emprego do país, criando perspectivas mais positivas para o ano de 2018. De qualquer forma, as eleições presidenciais em 2018 contribuem para um ambiente de incertezas nos cenários político e econômico do país.

2 – Desempenho Operacional

Telefonia Celular, Serviços e Produtos

Mesmo diante do cenário ainda instável e desafiador no país em 2017, a Claro Brasil obteve desempenho operacional expressivo, mantendo sua destacada posição de participação nos mercados em que atua.

No segmento móvel, a Claro foi muito bem-sucedida, acelerando crescimento principalmente no segmento pós-pago, que apresenta maior rentabilidade. O crescimento das linhas deste segmento foi de 11,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando as linhas de serviços de voz e dados, sem Banda Larga e M2M, o crescimento foi de 15,1%.

A Claro foi pioneira na oferta de ligações ilimitadas para qualquer operadora, alterando a dinâmica do mercado e permitindo que as pessoas falem à vontade, sem surpresas na conta. Do pré-pago ao pós-pago, a Claro oferece planos completos, que já incluem opções de entretenimento através do Claro Vídeo, do Claro Música e de outros serviços digitais. Também oferece a possibilidade de montagem de planos família customizáveis e ofertas diferenciadas para aquisição dos mais avançados *smartphones* do mercado.

De forma inédita até então no país, a Claro lançou o Passaporte Américas, oferta de *roaming* internacional que permite utilizar o plano móvel pós-pago também no exterior, como se estivesse no Brasil, com benefício de ligações ilimitadas e utilização do plano contratado de dados em vários países das Américas, incluindo Estados Unidos, México, Argentina, Uruguai, Peru e Colômbia.

A Claro segue reforçando seu diferencial de melhor opção de internet móvel do mercado. São mais de 58,9 milhões de acessos de dados móveis (total de acessos via celulares, modens, roteadores, M2M), equivalente a aproximadamente 25,0% do total do mercado brasileiro.

A empresa vem conduzindo um agressivo plano de investimento em modernização e ampliação da cobertura de rede móvel, que já resultam na melhor performance do setor. De forma pioneira, a Claro anunciou a chegada do 4.5G ao Brasil em 2017, e as principais capitais do país já possuem cobertura nessa nova tecnologia, que permite velocidades até 10 vezes maiores que as do 4G convencional, em medições públicas realizadas na rede 4.5G da operadora utilizando *smartphones* compatíveis com esta nova tecnologia.

Ao final de 2017, com a expansão das tecnologias 3G e 4G, a Companhia e suas controladas atingiram 3.409 cidades e 91,5% da população do Brasil com tecnologia 3G e 1.409 cidades com tecnologia 4G.

A rede GSM da Claro cobre mais de 4.213 cidades e 96% da população do Brasil.

A Claro foi considerada a operadora líder em velocidade 4G no País, segundo o relatório *State of Mobile*, publicado pela consultoria *OpenSignal*, empresa britânica especializada em monitoramento de cobertura móvel. Segundo o levantamento, a média de velocidade 4G oferecida pela Claro é de 28,56 Mbps. O levantamento foi feito entre os meses de setembro e novembro de 2017, a partir de dados coletados com quase 88 mil usuários em todo o País.

Serviços de dados e banda larga

A Anatel informou que o serviço de banda larga fixa alcançou 26,707 milhões de acessos ao final de 2017, um crescimento anual de 4,43% e 1.911.016 novos acessos. No 4º trimestre de 2017 houve um crescimento de 1,8% com 447 mil novos acessos em relação ao trimestre anterior.

O Grupo Claro no Brasil, com NET, Claro e Embratel, segue liderando o crescimento do mercado de banda larga fixa no Brasil com 8,9 milhões de clientes (31,2% *market share*). Como resultado do investimento constante para incrementar a velocidade de nossas conexões, segue liderando o segmento de “ultrabroadband”, ultrapassando a marca de 2.0 milhões de conexões com velocidade acima de 34 Mbps (47,5% *market share*).

TV por assinatura

A Claro Brasil é o provedor líder de serviços de TV por assinatura para clientes residenciais no Brasil. Em 31 de dezembro, 2017, a Companhia tinha aproximadamente 9,1 milhões de clientes nos 5.571 municípios do Brasil. O grupo mantém a liderança do mercado no Brasil, com 51% de market share, através das marcas NET e Claro TV, disponibilizando a maior oferta de conteúdo no Brasil através de canais lineares e do NOW, plataforma "*on-demand*" disponível para todos os clientes da NET e da Claro TV. O NOW, que se consolidou como uma das principais plataformas "*on-demand*" da América Latina, atingiu mais de 1 bilhão de streamings nos últimos 12 meses.

A Claro oferece pacotes integrados de serviços, incluindo serviços *quad-play*, que combinam *Pay-TV*, internet banda larga, serviços de telefonia móvel e serviços de telefonia fixa.

Telefonia Fixa, Serviços e Produtos

A telefonia fixa convencional, que permite ao usuário fazer chamadas locais, de longa distância e internacionais para qualquer telefone, encerrou 31 de dezembro de 2017 com cerca de 10,873 milhões de linhas, em comparação com 11,123 milhões em 31 de dezembro de 2016, e está disponível em todo o território nacional.

A rede de cabos submarinos da Claro atinge todos os continentes, para fornecer serviços de telecomunicações, e para completar a sua rede, a Claro utiliza sistemas de microondas de longa distância, em áreas onde a instalação de cabos de fibra óptica é difícil, e uma frota de satélites para fornecer serviços para locais remotos no interior do país.

Também oferece serviços de telefonia local para seus clientes residenciais Claro Fixo via tecnologia sem fio CDMA.

A Companhia encerrou 2017 com mais 209.559 quilômetros de cabos que passam por cerca de 27,5 milhões de casas.

Seguindo a mesma estratégia dos planos móveis, o grupo passou a oferecer planos de telefonia fixa com ligações ilimitadas para qualquer operadora fixa ou móvel através dos produtos NET Fone e Claro Fone. Juntas, Claro e NET oferecem as mais rápidas conexões de internet do país, por fibra óptica ou pela rede móvel, além de planos que permitem falar ilimitado com qualquer operadora, em qualquer lugar do país. Para clientes do Combo Multi, solução completa e convergente que reúne serviços fixos e móveis, a operadora oferece ainda o dobro de vantagens pelo mesmo preço: dobro de velocidade na banda larga fixa e o dobro do pacote de internet no móvel.

No segmento corporativo, a Embratel permanece liderando a oferta de serviços de voz, dados e redes corporativas e vem se estruturando para oferecer novas oportunidades de negócio, ligadas à transformação digital das empresas, como o desenvolvimento de soluções digitais integradas, serviços em nuvem, Redes Virtualizadas e Soluções em IoT (internet das coisas).

Satélites de Comunicações

A Companhia atua no mercado satelital de duas formas, com o fornecimento de soluções de telecomunicações completas diretamente aos seus clientes (circuitos para dados e voz, internet e televisão) e através da controlada Star One fornecendo capacidade satelital para diferentes aplicações como televisão (banda C e banda Ku), redes em banda larga e telefonia, no âmbito do Brasil e América Latina.

Em 2017 a empresa assinou contrato para a construção de um novo satélite, o Star One D2, a ser lançado até o final de 2019. O D2 será equipado com Banda Ka para atender às demandas de *backhaul* de telefonia celular, Plano Nacional de Banda Larga e mercado corporativo. Também será equipado com as bandas C e Ku, complementando as ofertas de capacidade para demandas de dados, vídeo e Internet de clientes corporativos e governo, além de ampliar as redes de *backhaul* celular existentes em Banda Ku. O Star One D2 ocupará a posição orbital de 70° W e também garantirá a continuidade dos serviços em Banda C e Ku do Star One C2, incluindo TV por assinatura. O novo satélite atenderá a órgãos do Governo e grandes empresas que atuam no Brasil e em todas as Américas do Sul e Central, incluindo o México.

O alcance das novas coberturas do satélite Star One D2, se soma a dos satélites já em operação Star One C4 e D1, refletindo a visão da empresa em expandir negócios de provimento de capacidade satelital em toda a América Latina fortalecendo sua posição de liderança regional. Completam a frota atual da Star One os satélites Star One C1, C2, C3, C12 e Brasilsat B2, B3 e B4.

3 – Setor de Telecomunicações

Regulatório

A Companhia, através de suas controladas, desenvolve atividades sujeitas à regulamentação e fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Ao longo de 2017 foram promovidas algumas inovações regulamentares, dentre as quais destacamos a publicação da revisão da Metodologia para Cálculo do Fator de Transferência "X" Aplicado nos Reajustes de Tarifas do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.

A Companhia envidou máximos esforços no atendimento das obrigações regulatórias e ampliação das oportunidades de desenvolvimento do setor, tendo, ao final de 2017, obtido junto com os demais membros do GIRED (Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV) a liberação da faixa de 700MHz para implementação do LTE em 2450 municípios.

4 - Governança Corporativa – 2017

Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Companhia e suas controladas, particularmente seus acionistas. Para isso, a Claro Telecom dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Políticas, Normas, Atas de Reunião e Código de Ética, entre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente.

· Atendimento a Lei *Sarbanes Oxley* ("SOX") - a Companhia mantém nível adequado dos controles internos e, na condição de investimento relevante da América Móvil, suporta o acionista controlador, que é listado na NYSE, no cumprimento das exigências da Lei SOX. A Administração da Claro Telecom avalia que a aplicação das exigências da SOX traz relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribuiu para a sedimentação da cultura de controles internos.

· Conselho de Administração – é composto por 3 membros, todos eleitos em Assembleia Geral.

· Código de Ética – implantado em 2005 e revisado em 2017, o Código reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional. Missão, visão, valores e princípios integram o Código, que descreve os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. O Código de ética também está alinhado com a Lei Brasileira Anticorrupção nº 12.846/2013 e a Lei Americana Anticorrupção FCPA. O Comitê de Ética se reúne periodicamente para avaliar as questões éticas levantadas.

5 - Investimentos

Investimentos no País

A Companhia possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços focando sempre na inovação e no desenvolvimento tecnológico. Em 2017, a Companhia investiu R$7.379 milhões.

A maior parcela dos investimentos foi direcionada para atender a investimentos em infraestrutura de rede e TV por assinatura. Os outros investimentos relevantes foram direcionados para atender acessos, infraestrutura e serviços locais, satélites, serviços de dados e internet, tecnologia da informação e C*all Center*.

6 - Desempenho Financeiro

Algumas empresas do grupo no Brasil, principalmente a Embratel Tvsat Telecomunicações S.A., embora estejam sob a mesma gestão, não tem seus resultados consolidados pela Companhia.

Para melhor entendimento dos resultados, veja quadro abaixo:

	4T17			4T16			12M17			12M16		
Em R$ Milhões	**Receita**	**EBITDA**	**% Ebitda**	**Receita**	**EBITDA**	**% Ebitda**	**Receita**	**EBITDA**	**% Ebitda**	**Receita**	**EBITDA**	**% Ebitda**
Claro Participações	8.057,0	2.502,7	31,1%	8.023,7	2.291,2	28,6%	32.006,2	9.727,2	30,4%	32.478,9	9.156,2	28,2%
Outras empresas não consolidadas (Principalmente Embratel TVSat)	893,6	325,8		829,5	153,4		3.576,7	913,5		3.400,1	774,6	
Consolidado Claro Brasil	**8.950,6**	**2.828,5**	**31,6%**	**8.853,1**	**2.444,6**	**27,6%**	**35.582,9**	**10.640,7**	**29,9%**	**35.879,0**	**9.930,9**	**27,7%**
Eliminação de transações intercompanhias e reclassificações	(13,4)	(139,2)		17,3	(34,1)		(104,5)	(510,8)		103,3	(376,6)	
Consolidado Claro Brasil – divulgação América Móvil	**8.937,2**	**2.689,3**	**30,1%**	**8.870,4**	**2.410,5**	**27,2%**	**35.478,4**	**10.129,9**	**28,6%**	**35.982,3**	**9.554,3**	**26,6%**

Os fatos em destaque do desempenho financeiro serão comentados a partir de informações que consolidam todas as empresas que compõem a estrutura societária do grupo no Brasil (Claro Brasil).

R$ Milhões	**4T17**	**4T16**	**Δ%**	**12M17**	**12M16**	**Δ%**
Receita líquida Total	**8.950,6**	**8.853,1**	**1,1%**	**35.582,9**	**35.879,0**	**-0,8%**
Serviços	8.596,0	8.433,7	1,9%	34.265,7	33.887,5	1,1%
Receita Móvel	2.699,9	2.438,7	10,7%	10.403,6	9.842,0	5,7%
Receita fixa e Outros	5.896,1	5.995,0	-1,6%	23.862,1	24.045,5	-0,8%
Aparelhos	168,5	190,6	-11,6%	614,6	1.019,1	-39,7%
Interconexão	186,1	228,8	-18,7%	702,6	972,4	-27,7%
EBITDA	**2.828,4**	**2.444,6**	**15,7%**	**10.640,7**	**9.930,9**	**7,1%**
Margem EBITDA	*31,6%*	*27,6%*	*4,0 p.p.*	*29,9%*	*27,7%*	*2,2 p.p.*

No quarto trimestre de 2017, a receita líquida total demostrou uma mudança importante de tendência, com crescimento de 1,1% em relação ao mesmo período de 2016. No acumulado do ano, a redução foi de 0,8% contra 2016, influenciada negativamente pela substancial redução na receita de aparelhos e interconexão, de 39,7% e 27,7%, respectivamente, no acumulado do ano.

A receita de serviços a clientes demonstrou bom desempenho, crescendo 1,9% no quarto trimestre em relação ao mesmo período de 2016 e 1,1% no acumulado do ano frente ao mesmo período de 2016.

Com relação aos serviços móveis, a Companhia em 2017 cresceu expressivamente a base de assinantes no segmento pós-pago, que tem maior rentabilidade. No entanto, como alguns serviços de valor adicionado são prestados por outras empresas do grupo, algumas das quais não têm seus resultados consolidados pela Companhia (principalmente Embratel Tvsat Telecomunicações S.A.), a receita de serviços móveis cresceu no quarto trimestre 10,7% contra 5,7% no acumulado do ano.

A receita de serviços fixos reduziu 1,6% no quarto trimestre em relação ao mesmo período de 2016, e 0,8% no acumulado de doze meses contra o ano anterior, muito influenciada pela queda em serviços tradicionais de voz e de TV paga via satélite. No segmento da banda larga fixa, a Companhia lidera o crescimento no Brasil.

O EBITDA apresentou forte crescimento de 15,7% no 4T17 em relação ao 4T16. No acumulado do ano de 2017 cresceu 7,1% em relação a 2016.

Em relação a margem EBITDA, com a aceleração de diversas frentes de otimização dos custos operacionais, atingiu-se 31,6% no 4º. trimestre de 2017, contra 27,6% no mesmo período do ano anterior, portanto incremento de 4,0 pontos percentuais. Em relação ao acumulado de doze meses de 2017, a margem atingiu 29,9%, um crescimento de 2,2 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2016.

7 - Relacionamento com Auditores Independentes

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil foram realizadas pela empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S.. Em atendimento à Instrução CVM n.º 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os auditores independentes e/ou suas partes relacionadas que prestam serviço para a Claro Telecom Participações S.A. e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

A política adotada atende aos melhores princípios de governança que preservam a independência do auditor de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.
Os auditores da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas declararam à Companhia que estes outros serviços não relacionados com a auditoria: (i) foram prestados por equipes especializadas e totalmente distintas da equipe responsável pela realização dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, e (ii) que não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa, não existindo, portanto, qualquer vínculo ou situação de fato que configurasse conflito de interesses que inviabilizaria o exercício da sua atividade de forma independente.

8 - Responsabilidade Social

INSTITUTO NET CLARO EMBRATEL E RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

O Instituto NET Claro Embratel é responsável pelas ações de Responsabilidade Social das três marcas, que aliam os serviços prestados pelo grupo a investimentos sociais para criar impactos relevantes ao desenvolvimento do país.
Mantido pela Claro e Star One, o instituto é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça e reconhecido pelo Departamento de Informação Pública das Nações Unidas (DPI/ONU) como uma organização não governamental corporativa que promove os ideais e princípios sustentados pela Carta das Nações Unidas.

E por acreditar que os projetos vêm contribuindo para o desenvolvimento do país, a NET, a Claro e a Embratel, lançaram a campanha institucional única “Investindo num amanhã gigante” para falar sobre as iniciativas voltadas para a Educação (promove conhecimento), Cultura (inspira histórias) e Cidadania (desenvolve pessoas) com a missão de conectar pessoas com um futuro melhor.

Alinhada à premissa do Grupo América Móvil em ser uma organização que impacte positiva e permanentemente as comunidades, o Instituto promove o acesso às novas tecnologias, inclusive em escolas localizadas em territórios remotos; atua junto às redes municipais de ensino, qualificando professores; viabiliza a formação de jovens para o mercado de trabalho; fomenta a inovação; e investe em cidadania por meio de projetos voltados para o desenvolvimento humano, e ambiental.

MEIO AMBIENTE

A sustentabilidade está presente na estratégia da Claro e suas controladas, evidenciando o compromisso da empresa com o meio ambiente e as comunidades onde atua. Esta área vem auxiliando na avaliação dos estudos utilizados para a expansão da infraestrutura do Grupo América Móvil.

PROGRAMA A ENERGIA DA CLARO

Em 2017, o Grupo inaugurou o primeiro complexo de usinas solares em Minas Gerais e criou a maior operação solar dedicada a uma empresa privada no País. O programa A Energia da Claro visa produzir energia limpa através de painéis solares, parques eólicos e também biogás. O objetivo geral do programa é reduzir as emissões de CO2 na atmosfera nos próximos anos em até 100 mil toneladas e utilizar energia limpa em todas as suas operações e instalações no Brasil.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DE 2017

- Ranking Benchmarking Ambiental Brasileiro – O Instituto NET Claro Embratel foi o 12 colocado entre as melhores Práticas de Gestão Socioambiental Brasileira na edição de 2017 do Ranking Benchmarking com o case Educonex@o.
- Empresa Cidadã 2017 – Mais uma vez, o Instituto foi reconhecido com o Certificado Empresa Cidadã, concedido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, com o apoio da FECOMERCIO, FIRJAN e UFRJ, para as organizações cujas informações alcançam o nível de qualidade exigido pelo regulamento.
- Certificado de Sócio Investidor do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer-GRAACC.

9 – Recursos Humanos

As pessoas são o maior ativo do negócio da Claro Brasil. Por isso, o processo de desenvolvimento de Recursos Humanos é parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento e esforço organizacional em torno deste tema têm como objetivo assegurar, no presente e no futuro, a disponibilidade de talentos preparados e comprometidos com os constantes desafios que a dinâmica do próprio negócio apresenta, com sua visão estratégica e cultura.

O ano de 2017 representou um marco para a cultura organizacional da Claro Brasil. Em um processo conduzido pela área de Recursos Humanos, foram definidos um propósito e ambições gigantes, que estão explícitos pela nova “Missão” e “Visão” da organização. Além disso, foram acordadas metas desafiadoras com a perspectiva de curto, médio e logo prazo, a serem buscadas de acordo com os novos “Valores” e “Jeito de Ser” da companhia, amplamente comunicados e combinados com todos os colaboradores.

Cabe à área de Recursos Humanos assegurar a melhoria da produtividade e da performance por meio da promoção contínua da inovação e do desenvolvimento dos colaboradores, conhecendo-os, capacitando-os, expandindo seu potencial através de programas de treinamento e desenvolvimento, e, por fim, proporcionando-lhes um bom clima organizacional, que resulte em satisfação por pertencerem à Claro Brasil.

Agradecimentos

Imbuídos do espírito “Somos Um! Somos Claro Brasil!”, nos orgulhamos do nosso papel de conectar cada vez mais pessoas! Prosseguiremos nossa visão de transformar e inovar para ser admirada, crescer e liderar, reforçando a nossa presença no mercado brasileiro e continuando a fazer parte do grupo de marcas mais admiradas do Brasil.
Agradecemos a todos com quem nos relacionamos, a confiança de nossos clientes, o trabalho profissional e dedicado dos funcionários de todas as empresas controladas por esta Companhia, o apoio dos acionistas, dos governos, dos nossos fornecedores e a parceria de toda a comunidade.

A Administração

Demonstrações Financeiras

Claro Telecom Participações S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Claro Telecom Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais 10
Demonstrações dos resultados 12
Demonstrações dos resultados abrangentes 13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 14
Demonstrações dos fluxos de caixa 15
Demonstrações dos valores adicionados 16
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 17

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Claro Telecom Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Claro Telecom Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Os principais assuntos de auditoria abaixo relacionados são aplicáveis apenas às demonstrações financeiras consolidadas.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

1. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia e suas subsidiárias possuíam registrado na rubrica de tributos diferidos ativos o montante líquido de R$8.444.154 mil em 31 de dezembro de 2017, referente a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, conforme detalhado na nota explicativa 7.2. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão do lucro tributável futuro e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia, desempenho externo do mercado e determinados indicadores financeiros, consideramos nossos procedimentos nesta área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:

- Teste dos controles da Companhia sobre os tributos diferidos ativos, incluindo os controles sobre a análise de realização de tais tributos;
- Envolvimento de nossos profissionais especialistas em avaliação de ativos para auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e realização futura desses tributos;
- Envolvimento de nossos especialistas em impostos para auxiliar nas análises sobre o cálculo dos tributos diferidos ativos;
- Análise das projeções para a realização dos tributos diferidos preparadas pela Administração, que incluiu, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança;
- Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação aos tributos diferidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do saldo de tributos diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de recuperabilidade do saldo de tributos diferidos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 7.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Imobilizado e intangível, incluindo ágio

A Companhia e suas subsidiárias possuíam registrado nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R$30.318.007 mil e R$11.059.435 mil, dos quais R$3.595.662 mil são referentes aos ágios provenientes de diversas aquisições de negócios. Para o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, a Companhia executa anualmente o teste de redução ao valor recuperável. Para o ativo imobilizado e intangível com vidas úteis definidas, a Companhia efetua o teste de redução ao valor recuperável quando há indicativos de que esses ativos não são realizáveis. O citado teste é efetuado com base em seu plano plurianual de negócios e projeções de fluxo de caixa futuro. As premissas utilizadas neste procedimento estão divulgadas nas notas explicativas 3.11 e 3.15 e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia, desempenho externo do mercado e determinados indicadores financeiros, consideramos nossos procedimentos nesta área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:

- Teste dos controles da Companhia sobre as análises de redução aos valores recuperáveis dos ativos imobilizado e intangível;
- Envolvimento de nossos profissionais especialistas em avaliação de ativos para nos auxiliar com as análises sobre as projeções de fluxo de caixa futuro e com os testes de redução ao valor recuperável;
- Análise das projeções preparadas pela Administração para determinar o valor recuperável destes ativos, que incluiu, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança;
- Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação ao imobilizado e intangível, incluindo ágio.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.11 e 3.15, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Reconhecimento de Receita

O reconhecimento de receita da Companhia envolve um alto grau de controle de tecnologia da informação para se assegurar de que todas as receitas de serviços prestados e de mercadorias vendidas tenham sido mensuradas corretamente, e devidamente registradas dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes a serviços prestados ainda a serem faturadas. As receitas auferidas pela Companhia e suas controladas e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados na nota explicativa 3.20.

Tendo em vista a complexidade do processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação e a asseguração da integridade das informações extraídas dos sistemas de faturamento e utilizadas como elementos essenciais nos cálculos da apuração da estimativa da receita a faturar e, portanto, o correto reconhecimento das receitas da Companhia, consideramos nossos procedimentos nessa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:

- Teste de controles internos: (i) do ambiente geral de controles de tecnologia da informação estabelecidos pela Companhia, que incluem os controles sobre o gerenciamento de acesso aos sistemas e dados e o gerenciamento de mudanças nos sistemas; e (ii) controles automatizados estabelecidos pela Administração relacionados ao processo de reconhecimento de receita, bem como, controles para assegurar a integridade dos relatórios extraídos dos sistemas que são utilizados para determinação do saldo contábil de receita de serviços a faturar, tendo sido identificadas deficiências no desenho dos controles internos associados a atualizações nas tabelas de preços nos sistemas relacionados a receita de venda de mercadorias da subsidiária Claro S.A.
- Análise do cálculo da estimativa da receita de serviços a faturar;
- Teste dos relatórios extraídos do sistema utilizados para cálculo da receita de serviços a faturar;
- Exames documentais da receita faturada para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As deficiências no desenho dos controles internos da subsidiária Claro S.A. mencionadas acima alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria referente às receitas da subsidiária Claro S.A., face a não termos concluído sobre a efetividade operacional de tais controles ao longo do ano.

Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração das receitas, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Passivos contingentes tributários

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais de natureza tributária em diversas esferas. Conforme divulgado na nota explicativa 14, o total de causas cuja probabilidade de perda provável é de R$ 5.444.913 mil e possível de R$23.015.123 mil, sendo registrado no passivo não circulante o montante de R$5.444.913 mil.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação da possibilidade de perda de cada processo, assim como a estimativa do valor de perda dos processos considerados com probabilidade de perda provável, e também da definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria sobre os passivos contingentes tributários incluíram, dentre outros:

- Entendimento com base em discussões com a Administração e seus assessores legais internos, sobre os processos em andamento, riscos e controles implementados pela Administração;
- Envio de cartas de confirmação aos assessores jurídicos externos contratados pela Administração indagando quanto ao prognóstico em relação às causas patrocinadas e os valores envolvidos em cada ação que a Companhia é parte e confronto com os registros contábeis correspondentes em 31 de dezembro de 2017;
- Testes dos controles da Companhia que suportam a elaboração das demonstrações financeiras e suas respectivas divulgações;
- Testes de validação aritmética dos montantes registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 comparativamente aos controles utilizados para apurar as estimativas para os processos em andamento cujo prognóstico foi considerado provável pela Administração.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Luiz Carlos Marques
Contador CRC-1SP147693/O-5

Claro Telecom Participações S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	**1.916**	654	**154.744**	51.557
Contas a receber, líquido	**5**	**-**	-	**5.377.771**	5.324.344
Partes relacionadas	**15**	**2.441**	1.879	**1.217.120**	1.275.045
Estoques	**6**	**-**	-	**396.719**	524.652
Tributos a recuperar, líquidos	**7.1**	**29.344**	27.640	**638.792**	722.970
Outros ativos		**-**	12	**291.707**	420.485
		33.701	30.185	**8.076.853**	8.319.053
Não circulante					
Tributos a recuperar, líquidos	**7.1**	**25.883**	24.869	**1.905.366**	1.576.241
Tributos diferidos, líquidos	**7.2**	**-**	-	**8.444.154**	7.805.124
Depósitos judiciais	**14.1**	**563**	263	**3.214.495**	2.976.738
Ativo atuarial	**16**	**-**	-	**220.258**	56
Outros ativos		**21.896**	27.771	**193.479**	219.290
Investimentos	**8**	**7.670.065**	8.233.129	**1.328.580**	1.330.329
Imobilizado	**9**	**-**	-	**30.318.007**	30.434.067
Intangível	**10**	**63.020**	63.020	**11.059.435**	11.403.507
		7.781.427	8.349.052	**56.683.774**	55.745.352
Total do ativo		**7.815.128**	8.379.237	**64.760.627**	64.064.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**

Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	**11**	**362**	315	**7.127.222**	7.435.876
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**12**	**-**	-	**383.540**	327.794
Obrigações fiscais, líquidas	**13**	**8**	83	**186.115**	149.142
Partes relacionadas	**15**	**-**	-	**2.267.165**	8.836.466
Receitas diferidas		**-**	-	**73.420**	14.071
Provisões	**14**	**-**	-	**400.941**	390.267
Passivo atuarial	**16**	**-**	-	**21.340**	20.029
Outras obrigações		**-**	-	**430.417**	475.466
		370	398	**10.890.160**	17.649.111
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**12**	**-**	-	**3.855.261**	250.970
Fornecedores	**11**	**-**	-	**342**	142.616
Obrigações fiscais, líquidas	**13**	**-**	-	**149.744**	150.471
Tributos diferidos, líquidos	**13**	**14.365**	-	**286.084**	266.810
Partes relacionadas	**15**	**355.474**	352.012	**25.872.603**	21.257.620
Provisões	**14**	**255**	241	**7.769.364**	7.295.613
Passivo atuarial	**16**	**-**	-	**1.248.290**	1.115.502
Receitas diferidas		**-**	-	**123.265**	85.329
Outras obrigações		**12.763**	21.896	**48.390**	53.194
		382.857	374.149	**39.353.343**	30.618.125
Patrimônio líquido	**17**				
Capital social		**9.509.569**	9.509.569	**9.509.569**	9.509.569
Reserva de lucros		**(709.662)**	(709.622)	**(709.662)**	(709.622)
Outros resultados abrangentes		**(57.138)**	(98.976)	**(57.138)**	(98.976)
Prejuízos acumulados		**(1.310.868)**	(696.281)	**(1.310.868)**	(696.281)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**7.431.901**	8.004.690	**7.431.901**	8.004.690
Participação dos não controladores		**-**	-	**7.085.223**	7.792.479
Total do patrimônio líquido		**7.431.901**	8.004.690	**14.517.124**	15.797.169
Total do passivo e patrimônio líquido		**7.815.128**	8.379.237	**64.760.627**	64.064.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro Telecom Participações S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído por lote de mil ações)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	19	-	-	32.006.226	32.478.959
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	20	-	-	(19.877.074)	(20.529.321)
Lucro bruto		-	-	12.129.152	11.949.638
Despesas comerciais	20	-	-	(7.266.493)	(7.172.799)
Despesas gerais e administrativas	20	(752)	(799)	(3.702.000)	(3.793.289)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(595.367)	(898.604)	(1.780)	(211.054)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	(46)	(46)	772.147	642.069
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(596.165)	(899.449)	1.931.026	1.414.565
Receitas financeiras	21	3.033	50.995	442.956	956.598
Despesas financeiras	21	(7.090)	(9.257)	(4.303.943)	(4.686.605)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(600.222)	(857.711)	(1.929.961)	(2.315.442)
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	-	-	(111.713)	(28.708)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(14.365)	-	670.475	665.713
Prejuízo do exercício		(614.587)	(857.711)	(1.371.199)	(1.678.437)
Atribuível aos acionistas controladores		(614.587)	(857.711)	(614.587)	(857.711)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(756.612)	(820.726)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, em reais	17	(3,02)	(4,36)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro Telecom Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Prejuízo do exercício	**(614.587)**	(857.711)	**(1.371.199)**	(1.678.437)
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho (perda) na atualização do plano de benefício	**64.262**	(134.691)	**149.237**	(296.174)
Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho (perda) na atualização do plano de benefício	**(21.849)**	45.795	**(50.740)**	100.699
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para resultado do exercício:				
Reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior	**(575)**	(1.883)	**(1.468)**	(4.146)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**41.838**	(90.779)	**97.029**	(199.621)
Total dos resultados abrangentes do exercício	**(572.749)**	(948.490)	**(1.274.170)**	(1.878.058)
Atribuível aos acionistas controladores	**(572.749)**	(948.490)	**(572.749)**	(948.490)
Atribuível aos acionistas não controladores	**-**	-	**(701.421)**	(929.568)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro Telecom Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido da controladora e consolidado
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros						
	Capital social	**Reserva legal**	**Perdas em transações de capital**	**Outros resultados abrangentes**	**Prejuízo acumulado**	**Patrimônio líquido**	**Participação de não controladores**	**Patrimônio líquido consolidado**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	7.633.569	153.451	(703.068)	(8.197)	-	7.075.755	7.435.913	14.511.668
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(857.711)	(857.711)	(820.726)	(1.678.437)
Variação cambial s/investimento líquido em controlada no exterior	-	-	-	(1.883)	-	(1.883)	(2.263)	(4.146)
Perda em transações de capital, liquido (Nota 17)	-	-	(6.554)	-	-	(6.554)	6.554	-
Atualização do passivo atuarial, líquido (Nota 16)	-	-	-	(88.896)	-	(88.896)	(106.579)	(195.475)
Aumento de capital (Nota 17)	1.876.000	-	-	-	-	1.876.000	-	1.876.000
Dividendos prescritos de controlada	-	-	-	-	8.936	8.936	10.729	19.665
Absorção de prejuízo do exercício	-	(153.451)	-	-	153.451	-	-	-
Aumento de capital em controlada	-	-	-	-	-	-	1.270.000	1.270.000
Outros efeitos em controlada	-	-	-	-	(957)	(957)	(1.149)	(2.106)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.509.569	-	(709.622)	(98.976)	(696.281)	8.004.690	7.792.479	15.797.169
Prejuízo do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**(614.587)**	**(614.587)**	**(756.612)**	**(1.371.199)**
Variação cambial s/investimento líquido em controlada no exterior	**-**	**-**	**-**	**(575)**	**-**	**(575)**	**(893)**	**(1.468)**
Perda em transações de capital, liquido (Nota 17)	**-**	**-**	**(40)**	**-**	**-**	**(40)**	**40**	**-**
Atualização do passivo atuarial, líquido (Nota 16)	**-**	**-**	**-**	**42.413**	**-**	**42.413**	**56.084**	**98.497**
Redução de capital em controlada	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(5.875)**	**(5.875)**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**9.509.569**	**-**	**(709.662)**	**(57.138)**	**(1.310.868)**	**7.431.901**	**7.085.223**	**14.517.124**
		(709.662)						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro Telecom Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Prejuízo do exercício	**(614.587)**	(857.711)	**(1.371.199)**	(1.678.437)
Ajuste para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	**-**	-	**7.794.397**	7.530.612
Tributos diferidos, líquidos	**14.365**	-	**(670.475)**	(665.713)
Provisão para variação cambial	**3.462**	(45.709)	**5.819**	(488.460)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**-**	-	**1.034.928**	1.060.071
Provisão para perdas em estoque	**-**	-	**7.104**	4.957
Baixa de imobilizado e intangível	**-**	-	**8.774**	14.877
Provisão de juros e atualização monetária	**-**	-	**3.440.327**	(550.721)
Provisão para desmantelamento de ativos	**-**	-	**26.667**	34.315
Equivalência patrimonial e ganhos e perdas com investimento	**595.367**	898.604	**1.780**	211.054
	(1.393)	(4.816)	**10.278.122**	5.472.555
Atividades operacionais:				
Contas a receber	**-**	-	**(1.088.355)**	(797.869)
Estoques	**-**	-	**120.829**	(21.430)
Tributos a recuperar	**(2.718)**	2.211	**(256.501)**	169.664
Partes relacionadas	**(192)**	(1.364)	**909.124**	(140.043)
Depósitos judiciais e bloqueios	**-**	-	**(237.757)**	(188.596)
Fornecedores	**47**	110	**(423.189)**	117.394
Obrigações fiscais	**(75)**	(6.405)	**55.520**	48.978
Receitas diferidas	**-**	-	**97.285**	(150.987)
Provisões	**14**	(78)	**457.758**	669.153
Outras obrigações circulantes e não circulantes	**(9.421)**	(6.150)	**161.966**	197.976
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	**(13.738)**	(16.492)	**10.074.802**	5.376.795
Atividades de investimento:				
Adições para imobilizado e intangível	**-**	-	**(7.378.525)**	(6.316.628)
Redução de participação em coligada	**-**	2.920.000	**-**	2.973.078
Pagamentos por aquisição de empresas, líquido do caixa adquirido	**-**	-	**-**	(247.059)
Aumento de capital	**-**	(4.780.812)	**-**	-
Dividendos	**15.000**	-	**-**	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades de investimentos	**15.000**	(1.860.812)	**(7.378.525)**	(3.590.609)
Atividades de financiamento:				
Aumento de capital	**-**	1.876.000	**-**	3.146.000
Financiamento, debêntures e mútuo pagos	**-**	-	**(33.068.165)**	(3.588.609)
Juros pagos	**-**	-	**(3.693.317)**	(3.538.453)
Financiamento, debêntures, mútuo emitidos	**-**	-	**34.168.392**	1.699.794
Dividendos recebidos	**-**	1.000	**-**	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades de financiamentos	**-**	1.877.000	**(2.593.090)**	(2.281.268)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalente de caixa	**1.262**	(304)	**103.187**	(495.082)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**654**	958	**51.557**	546.639
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.916**	654	**154.744**	51.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro Telecom Participações S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Receitas				
Vendas de serviços e mercadorias, líquidas de descontos, cancelamentos e devoluções	**-**	-	**42.967.737**	43.899.699
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**-**	-	**(1.076.394)**	(1.148.654)
	-	-	**41.891.343**	42.751.045
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	**-**	-	**(6.597.633)**	(7.103.067)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(752)**	(811)	**(7.939.663)**	(8.386.424)
	(752)	(811)	**(14.537.296)**	(15.489.491)
Valor adicionado bruto	**(752)**	(811)	**27.354.047**	27.261.554
Depreciação e amortização	**-**	-	**(7.794.397)**	(7.530.612)
Valor adicionado líquido gerado	**(752)**	(811)	**19.559.650**	19.730.942
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**(595.367)**	(898.604)	**(1.780)**	(211.054)
Receitas financeiras	**3.033**	50.995	**442.956**	956.598
	(592.334)	(847.609)	**441.176**	745.544
Valor adicionado total a distribuir	**(593.086)**	(848.420)	**20.000.826**	20.476.486
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	**-**	-	**3.820.795**	3.819.866
Impostos, taxas e contribuições	**14.556**	7.408	**12.091.274**	12.672.731
Remuneração de capitais de terceiros	**6.945**	1.883	**5.459.956**	5.662.326
Participações de não controladores	**-**	-	**(756.612)**	(820.726)
Remuneração de capitais próprios	**(614.587)**	(857.711)	**(614.587)**	(857.711)
Valor adicionado distribuído	**(593.086)**	(848.420)	**20.000.826**	20.476.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Claro Telecom Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

1. Histórico e contexto operacional

A Claro Telecom Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 27 de setembro de 2004 de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral das Telecomunicações, sediada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. A Companhia tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia, através de suas controladas, diretas e indiretas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura e outros serviços em nível nacional e internacional, bem como exploração de capacidade satelital, sendo todos estes negócios regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL").

A Companhia detém controle direto ou indireto, principalmente, das seguintes controladas: (i) Claro S.A. ("Claro"), que atua no mercado de telecomunicações, principalmente de telefonia local e de longa distância nacional e internacional ("STFC"), no Serviço Móvel Pessoal ("SMP"), em transmissão de dados ("SCM") e TV por assinatura ("SeAC"); (ii) Star One S.A. ("Star One"), que é a principal provedora brasileira de capacidade satelital; (iii) Primesys Soluções Empresariais S.A. ("PMS"), que presta serviços especializados de circuito e de rede de telecomunicações; (iv) Telmex do Brasil S.A. ("TdB"), que presta serviços de comunicação de dados e internet; (v) BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter"), operadora de *call center* ;(vi) Americel S.A. ("Americel"), que atua na implantação, operação e prestação de serviços de telecomunicações, bem como a compra, venda, locação, cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, importação e exportação de equipamentos e outros produtos, e prestação de serviços correlatos; (vii) Reyc Comércio e Participações Ltda. ("Reyc"), que atua na importação e venda de equipamentos; (viii) Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V., que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música; (ix) iMusica LLC, que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música; (x) Ideas Musicales S.A. (Argentina), que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música; (xi) Ideas Musicales de Colombia S.A.S., que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música.

Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de telefonia de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso.

Os serviços de valor adicionado dissociados dos serviços de telecomunicações da controlada Claro são prestados por outras empresas do grupo.

A controlada Claro e as operadoras Telefônica Brasil S/A, Algar Celular S/A e TIM Celular S/A. adquiriram, através de leilão realizado pela ANATEL em dezembro de 2014, radiofrequência na faixa de 700MHz nacionais para a prestação do SMP, e, em atendimento às obrigações do leilão, constituíram em 02 de março de 2015 uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD), a qual ficou responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação, conforme Notas 10 e 15.

Em 31 de janeiro de 2017, a controlada Claro efetuou o pagamento no montante de R$858.991 à EAD, referente a 2ª e 3ª parcelas do leilão de faixas de frequência de 700 MHz.

Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pelas controladas da Companhia:

Empresa	Licença
Claro	Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local (STFC local) Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional Serviço Móvel Pessoal (SMP) Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) Serviço Móvel Marítimo (SMM) Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS)
Americel	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
Star One	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Direitos de Exploração de Satélite
PMS	Serviço Limitado Especializado – Circuito e Rede Especializado (SLE)
TdB	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

A controlada Claro possui autorizações para explorar o serviço móvel pessoal (“SMP”) por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos						
	450 MHz	850 MHz	900 MHz	1800 MHz	3G 1900 – 2100 MHz	4G 2500 MHz ***	4G 700 MHz
Acre	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rondônia	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Tocantins	Outubro, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Distrito Federal	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Mato Grosso	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Mato Grosso do Sul	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Goiás	-	Julho, 2027	Julho, 2027	Julho, 2027**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Bahia	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2017	Dezembro, 2017	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Sergipe	-	-	Dezembro, 2017	Dezembro, 2017	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Ceará	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraíba	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Piauí	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraná	-	-	Dezembro, 2017	Dezembro, 2017**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraná (Norte)	-	-	Dezembro, 2022	Dezembro, 2022**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Santa Catarina	-	-	Dezembro, 2017	Dezembro, 2017**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro	-	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Espírito Santo	-	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio Grande do Sul	-	Abril, 2028	Abril, 2028	Abril, 2028**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
São Paulo – Capital	Outubro, 2027*	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Agosto, 2027	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
São Paulo – Interior	-	Março, 2028	Março, 2028	Março, 2028	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Minas Gerais	-	-	Abril, 2020	Abril, 2020**	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	-	-	-	Março, 2023	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Amazonas	Outubro, 2027	Março, 2023	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Maranhão	Outubro, 2027	Março, 2023	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Roraima	Outubro, 2027	Março, 2023	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Amapá	Outubro, 2027	Março, 2023	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Pará	Outubro, 2027	Março, 2023	-	Dezembro, 2022	Março, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029

* Inclui código nacional 12.

** Alguns blocos vencem em Março de 2023.

*** Além do bloco nacional com vencimento Outubro, 2027 a Claro tem 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 19 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 2/2015) com vencimento em agosto de 2031.

A controlada indireta Star One possui as seguintes autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição Orbital	Data de Emissão	Vencimento (15 anos)
Extensão (renovação)	PVSS/SPV 007/2006	63ºW, 65ºW, 68°W,70ºW, 84ºW – Banda C	01/01/06	01/01/21
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65ºW – Banda Ku	25/02/03	25/02/18
Posição Orbital	PVSS/SPV 12/2007	92ºW – Banda C e Ku	13/11/07	13/11/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70ºW – Banda Ku	08/10/03	08/10/18
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75ºW – Banda C e Ku	27/02/07	27/02/22
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70ºW – Banda Ka e Ku (Planejado)	28/03/12	28/03/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84ºW – Banda Ka e Ku	06/02/12	06/02/27
Direitos de Descida	PVSS/SPV 002/2009	37.5ºW – Banda C	25/05/09	03/05/19*

* A data de vencimento indicada corresponde a vida útil do Satélite C12.

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços, objeto das concessões.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Os demais serviços de telecomunicações prestados pelas controladas da Companhia, tais como o Serviço Móvel Pessoal (SMP) e o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) foram outorgados sob o regime privado, com base em autorizações expedidas pela ANATEL, e o regime jurídico aplicável não estabelece obrigações de reversibilidade de bens.

Análise sobre risco de continuidade operacional

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$2.813.307 no consolidado. Do total do capital circulante líquido negativo, R$1.050.045 refere-se a valores com partes relacionadas. Nosso acionista controlador América Móvil tem a capacidade financeira de, caso necessário, prover o suporte para as operações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), exceto pela apresentação das demonstrações financeiras do valor adicionado, a qual não é exigida pelo IASB. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios e suporte financeiro da Companhia e suas controladas. Também foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponíveis para venda.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para a redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e realização de imposto de renda diferido.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2018.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Algumas rubricas e quadros que compõem as notas explicativas foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, quando aplicável.

Os novos pronunciamentos, interpretações, alterações ou melhorias, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, mas não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras, estão descritos a seguir:

- IFRS 12 – *Disclosure of Interest in other Entities* (Divulgação de Participações em Outras Entidades), revisão;
- IAS 7 – *Cash Flow* (Fluxo de Caixa), revisão; e
- IAS 12 – *Income Taxes* (Imposto de Renda), revisão.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória.

Normas	**Vigências**
IAS 40 – *Investment Property Transfers* (Transferência de Contratos de Investimentos), revisão.	1° de janeiro de 2018
IFRS 2 – *Classification and Valuation of Share Based Transactions* (Classificação e Valoração de Transações de Remuneração em Ações), revisão.	1° de janeiro de 2018
IFRS 4 – *Insurance Contracts* (Contratos de Seguros), revisão.	1° de janeiro de 2018
IFRS 9 – *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros), emissão da versão final.	1° de janeiro de 2018
IFRS 10 *and* IAS 28 – *Investment Entities: Applying the Consolidation Excepcion* (Aplicando a Exceção na Consolidação), revisão.	A definir
IFRS 15 – *Revenue from contracts with clients* (Receita de Contratos com Clientes), emissão.	1° de janeiro de 2018
IFRS 16 – *Leases* (Arrendamentos), emissão.	1° de janeiro de 2019
IFRS 17 – *Insurance contracts issued* (Contratos de Seguros) – irá substituir o IFRS 4	1° de janeiro de 2021
Annual Improvements to IFRS, 2014 -2016 Cycle (Melhorias Anuais do IFRS – Ciclo 2014 – 2016), emissão.	1° de janeiro de 2018
IFRIC 22 – *Transactions in Foreign Currency and Advance Payments* (Transações em Moeda Estrangeira e Pagamentos Antecipados), emissão.	1° de janeiro de 2018
IFRIC 23 – *Uncertainty over income tax treatments* (Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda), emissão.	1° de janeiro de 2019

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações não terão impacto nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial, exceto pelo IFRS 15 e IFRS 16, conforme descrito abaixo:

IFRS 15/ CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes

Em maio de 2014, o IASB (*International Accounting Standards Board*) emitiu a IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers,* que substituiu o IAS 18/CPC 30, como a nova norma de reconhecimento de receitas de contratos com clientes. A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) deliberou pela aprovação do pronunciamento técnico contábil CPC 47 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), equivalente ao IFRS15, em 22 de dezembro de 2016. A IFRS 15 (CPC 47), substitui todas as normas vigentes para apresentação de informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor e a época do reconhecimento da receita, sendo mandatória para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2018.

A nova norma permite dois métodos de transição: (i) retrospectivo integral e (ii) o retrospectivo modificado com o efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados na data da adoção inicial. A Companhia fez a opção pela adoção do método retrospectivo modificado e, dessa forma, não será requerida a reapresentar saldos comparativos anteriores ao exercício apresentado.

A Companhia efetuou uma análise de seus contratos com clientes de forma a identificar as mudanças pela adoção da nova norma no reconhecimento de receitas em relação ao tratamento contábil conforme IAS 18/CPC 30, tendo identificado os seguintes impactos:

a) Venda de pacotes pós-pagos combinado com venda de aparelhos com descontos

A Companhia oferece pacotes comerciais que combinam equipamentos e serviços de telefonia fixa e móvel, dados, internet e TV por assinatura, sendo o reconhecimento das receitas de serviços e venda de aparelhos distribuídas entre seus elementos.

Apresentamos, a seguir, o resumo dos procedimentos realizados pela Companhia no processo de adoção da IFRS 15 (CPC 47) que, de acordo com nossa eleição de método de transição, será aplicada a todos os contratos vigentes à época da aplicação inicial:

a.1) Identificação dos contratos

A Companhia realizou um trabalho de revisão de todos os contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que possam ser relevantes na adoção da nova norma contábil.

a.2) Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou a existência de duas obrigações de desempenho:

(i) venda de equipamentos; e
(ii) prestação de serviços de telefonia fixa e móvel, dados, internet e TV por assinatura.

Sendo assim, a Companhia reconhecerá as receitas quando, ou à medida que, satisfizer a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

a.3) Determinação e alocação do preço da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que seus pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 (CPC 47), a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Atualmente, a Companhia reconhece a receita de cada um dos elementos identificados com base no preço de contrato, sendo o desconto na venda de aparelhos alocado integralmente ao preço do aparelho.

Como consequência da adoção da nova norma, uma parte adicional da receita será alocada às receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento na receita de venda de equipamentos em relação à prática contábil adotada atualmente. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos no momento inicial será reconhecida como um ativo contratual, que será alocado à receita de serviços pelo período do contrato.

b) Custo para obtenção do contrato

A entidade deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente, se a entidade espera recuperar esses custos.

Custo incremental são os custos em que a entidade incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido.

Atualmente, a Companhia tem como prática reconhecer os custos relacionados à obtenção de contrato diretamente ao resultado no momento em que eles são incorridos. Em atendimento aos requerimentos da IFRS 15 (CPC 47), a Companhia passará a reconhecer estes custos como um ativo de contrato. O saldo capitalizado será amortizado ao longo do período de transferência dos bens e serviços ao cliente. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, que atualmente são registrados no resultado quando incorridos, serão capitalizados e diferidos, de acordo com a IFRS 15 (CPC 47), na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

Impacto financeiro dos itens identificados acima

A Companhia está avançada no processo de implementação da nova norma contábil, mas, devido ao volume e diversidade de informações necessárias para conclusão do efeito quantitativo, entende que na data do encerramento de suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ainda não possui uma estimativa totalmente validada para divulgação desse impacto financeiro.

No entanto, considerando as atuais ofertas comerciais, bem como o volume de contratos afetados, a Companhia estima que as alterações introduzidas pela IFRS 15 (CPC 47) poderão trazer um impacto relevante nas suas demonstrações financeiras na data inicial de sua aplicação, sendo uma aceleração na receita de venda de equipamentos, e maior diferimento dos custos para obtenção de contratos. Esses efeitos deverão afetar a comparabilidade com os resultados de anos anteriores.

Adicionalmente, como parte do processo de análises e implementação da nova norma, a Companhia está efetuando as mudanças necessárias aos processos e controles relacionados, assim como a atualização das políticas contábeis relacionadas.

IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo.

Por esta norma na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos futuros de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Devido as diferentes alternativas, bem como a complexidade das estimativas e o elevado número de contratos, a Companhia ainda não concluiu o processo de avaliação, de modo que, em 31 de dezembro de 2017, não é possível estimar de forma razoável se haverá e qual o impacto da aplicação desta norma, podendo haver impactos no reconhecimento do direito de uso e obrigações relacionadas aos contratos elegíveis assim como na amortização do direito de uso destes ativos e reconhecimento de juros sobre obrigações em substituição ao valor reconhecido como despesa em resultado operacional, com efeito também na classificação de pagamentos na demonstração de fluxos de caixa da Companhia.

3. Políticas contábeis

3.1. Bases de consolidação

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação de acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as principais controladas:

	2017		2016	
	Indireta	**Direta**	**Indireta**	**Direta**
Claro (1)	**-**	**45,47%**	-	45,44%
Americel	**-**	**100,00%**	-	100,00%
Claro Corporate	**45,47%**	**-**	45,44%	-
Latam Towers Infraestrutura de Torres Ltda.	**45,37%**	**-**	45,35%	-
Star One	**45,47%**	**-**	45,44%	-
PMS	**45,47%**	**-**	45,44%	-
TdB	**45,47%**	**-**	45,44%	-
BrasilCenter	**45,47%**	**-**	45,44%	-
Reyc	**45,47%**	**-**	45,44%	-
BrTel (2)	**-**	**-**	45,44%	-
Net Brasil (3)	**-**	**-**	45,42%	-
iMusica (4)	**-**	**-**	45,44%	-
iMusica LLC (Eua) (5)	**45,47%**	**-**	-	-
Ideas Musicales S.A. (Argentina) (5)	**40,92%**	**-**	-	-
Ideas Musicales S.A. de C.V. (México) (5)	**45,46%**	**-**	-	-
Ideas Musicales de Colombia S.A.S.(5)	**45,47%**	**-**	-	-
Telet BVI, Inc. (6)	**-**	**-**	45,44%	-
ATL Cayman International Ltd. (7)	**-**	**-**	45,44%	-
Tess Ltd. (7)	**-**	**-**	45,44%	-

(1) Aumento de participação na Claro, conforme Nota 8 com reflexo nas controladas indiretas.
(2) Controlada incorporada em fevereiro de 2017, conforme Notas 1 e 8.
(3) Controlada incorporada em setembro de 2017, conforme Nota 1.
(4) Controlada incorporada em novembro de 2017, conforme Nota 1.
(5) Devido a incorporação da Controlada iMusica a Companhia tem participação de forma indireta nas investidas,
(6) Controlada liquidada em novembro de 2017.
(7) Controladas liquidadas em dezembro de 2017.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir:

- Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida).
- Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento.

Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ele tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrados no resultado do exercício, conforme Notas 4 e 21.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, créditos com partes relacionadas e outros ativos circulantes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, passivos com partes relacionadas e outros passivos circulantes.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perda por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado financeiro na demonstração dos resultados, se e quando aplicável.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e são classificados assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Quando a Companhia e suas controladas não estiverem em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia e suas controladas podem optar em reclassificar esses ativos financeiros. A reclassificação para empréstimos, títulos e valores mobiliários e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo e da intenção da Administração.

Investimentos mantidos até o vencimento

*A*tivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia e suas controladas tiverem manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, que são assim classificados quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.

O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas.

O valor justo de um ativo ou um passivo é medido usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em conta a capacidade de um participante do mercado para gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

- Nível 2 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável.

- Nível 3 - técnicas de valorização para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

3.4. Contas a receber, líquidas

As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, *simcards*, serviços de satélites e acessórios.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada na Nota 5.

3.5. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 21.

Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

3.6. Estoques

Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, *simcards*, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, conforme Nota 6.

3.7. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.

O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 nenhuma perda foi reconhecida pela Companhia. As participações permanentes em controladas estão sendo avaliadas na controladora pelo método da equivalência patrimonial descrito na Nota 8.

3.8. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso dos equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme Nota 9.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.9. Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia e suas subsidiárias como arrendatários

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa no período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que os respectivos pagamentos não sejam feitos nesse período.

Companhia e suas subsidiárias como arrendadores

Arrendamentos mercantis para os quais a Companhia e suas controladas não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

3.10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial, pelos seus custos de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável. É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até à data de entrada em operação da Companhia e suas controladas. As outorgas começaram a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a que se refere, pelo método linear descrito na Nota 10.

Incluem ainda, os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros e valores de fundo de comércio referentes as lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos).

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

3.11. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

a) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

   Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

b) Ativos Intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Avaliação da recuperação do valor contábil

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- Receitas

  Projetadas com base na realização do ano de 2017 e projeções orçamentárias para 2018, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrente da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada.

- Custos e despesas operacionais

  Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.

- Investimentos de capital

  Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente. Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).

- Taxa de desconto

  Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta.

3.12. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais, conforme Nota 14.1.

Adicionalmente, a Companhia possui obrigações legais referentes a impostos, taxas e contribuições que estão atreladas a discussões judiciais, para as quais mantém provisão dos valores devidos.

3.13. Provisão para desmantelamento de ativos

A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido. Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo descrito na Nota 14.2.

3.14. Tributação

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

- CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Tributo Federal.
- COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal.
- CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal.
- FISTEL - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.
- FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.
- FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
- FINSOCIAL - Fundo de Investimento Social.
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Tributo Estadual.
- IOF - Imposto sobre Operações Financeiras - Tributo Federal.
- IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal.
- IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal.
- ISS - Imposto sobre Serviço Prestado - Tributo Municipal.
- PIS - Programa de Integração Social - Tributo Federal.
- PPNUM - Preço público relativo a administração dos recursos de numeração.
- TFF - Taxa de Fiscalização e Funcionamento.
- TFI - Taxa de Fiscalização e Instalação.

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social corrente relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido é reconhecido no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS, ISS, às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. Para as demais receitas auferidas pela Companhia na modalidade não cumulativa, às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços e vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias avaliadas como de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia e suas controladas registram provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 14.

Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis NTN-B com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada benefício. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 16.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

Provisão para desmantelamento de ativos

A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, ou o termo do contrato de aluguel, dos dois o menor.

Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

3.16. Participação de empregados no resultado

As controladas Claro, Americel, Star One, BrasilCenter, PMS, BrTel, iMusica e TdB constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

3.17. Receitas diferidas

Representadas, principalmente, pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no MERCOSUL, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

A receita referente aos créditos de recarga de celulares pré-pagos e os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

3.18. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.19. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.20. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

As controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já vendidos são registrados como receita diferida pré-pago.

As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização.

A Companhia e suas controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

3.21. Campanhas promocionais

Custos e despesas referentes a campanhas promocionais, incluindo as vendas de aparelhos celulares e acessórios a valores inferiores aos custos de aquisição, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.22. Subvenção e assistência governamentais

A edição da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilitou às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (“SUDAM”) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos.

A controlada Claro possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Nordeste. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2017 (para os estados: PI, BA, SE, AL e RN) e 2018 (para os estados: PB, CE e PE).

Em conformidade ao artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 a parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo do dividendo obrigatório, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

3.23. Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

3.24. Participações de não controladores

Refere-se, principalmente, a participação de não controladores na controlada Claro.

3.25. Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

3.26. Demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.27. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. A Companhia possui dois segmentos que merecem ser relatados: o segmento de telecomunicações e o segmento de satélite, conforme Nota 18.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Caixa e bancos	**1**	2	**147.250**	48.730
Equivalentes de caixa	**1.915**	652	**7.494**	2.827
	1.916	654	**154.744**	51.557

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações referem-se principalmente, a títulos públicos compromissados, contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, e possuem liquidez imediata junto às entidades emissoras, e remuneração próxima do CDI.

5. Contas a receber, líquido

	Consolidado	
	2017	**2016**
Venda de aparelhos celulares e acessórios	**665.605**	841.069
Serviços de voz, dados e outros	**6.397.667**	6.216.572
Administradoras estrangeiras	**43.575**	46.559
	7.106.847	7.104.200
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(1.729.076)**	(1.779.856)
	5.377.771	5.324.344

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Consolidado	
	2017	**2016**
A vencer	**3.527.830**	3.335.243
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	**1.352.713**	1.208.257
De 31 a 60 dias	**366.820**	390.310
De 61 a 90 dias	**307.041**	293.996
Mais de 90 dias	**1.552.443**	1.876.394
	7.106.847	7.104.200

A movimentação do saldo de provisão para devedores duvidosos é como se segue:

	Consolidado	
	2017	**2016**
Saldo Inicial	**1.779.856**	1.432.962
Aquisição de empresas	**-**	35.478
Provisão constituída	**1.034.928**	1.060.071
Baixa de Provisão (1)	**(1.085.708)**	(748.655)
Saldo Final	**1.729.076**	1.779.856

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

6. Estoques

	Consolidado	
	2017	**2016**
Estoques de aparelhos para revenda	**243.695**	371.722
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica	**137.030**	106.734
Estoques de *simcards* e acessórios para revenda	**15.414**	19.075
Outros	**31.211**	59.574
	427.350	557.105
Provisão para perdas em estoques	**(30.631)**	(32.453)
	396.719	524.652

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Consolidado	
	2017	**2016**
Saldo inicial	**32.453**	45.113
Provisão constituída	**7.104**	4.957
Baixas	**(8.926)**	(17.617)
Saldo final	**30.631**	32.453

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

7. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos

7.1 Tributos a recuperar, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
ICMS a recuperar (1)	**-**	-	**1.274.261**	1.099.960
Imposto de renda retido na fonte (2)	**4**	242	**718.734**	686.540
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**29.332**	27.390	**195.237**	154.757
PIS/COFINS	**-**	-	**54.812**	58.930
FINSOCIAL (3)	**-**	-	**169.890**	169.890
CPMF pago indevido (4)	**25.883**	24.869	**25.883**	24.869
Outros	**8**	8	**105.341**	104.265
	55.227	52.509	**2.544.158**	2.299.211
Circulante	**29.344**	27.640	**638.792**	722.970
Não circulante	**25.883**	24.869	**1.905.366**	1.576.241

(1) No consolidado, os créditos do ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização.

(2) No consolidado trata-se, basicamente, de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações bem como sobre as receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002.

(3) Trata-se crédito fiscal oriundo do pagamento a maior do tributo FINSOCIAL, nos períodos-base de setembro de 1989 a março de 1992. A controlada Claro obteve o direito a este crédito fiscal através de decisão judicial transitada em julgado no mês de setembro de 2014, oriundo da incorporada Embratel. Em 31 de dezembro de 2016, houve recebimento de R$32.777.

(4) Trata-se de crédito decorrente de pagamento em duplicidade efetuado pela Companhia em 2009 em razão de ter efetuado pagamento espontâneo de débito CPMF incidente sobre operações simbólicas de câmbio. Isso porque, quando da realização do pagamento, a Companhia já se encontrava sob ação fiscal e portanto não poderia realizar qualquer pagamento de forma espontânea. Assim, concluída a ação fiscal, foi desconsiderado o pagamento efetuado e lavrado auto de infração. Posteriormente a Companhia efetuou o pagamento do débito exigido pelo auto de infração com o benefício instituído pela Lei nº 11.941/2009 e o valor pago durante a ação fiscal constituiu-se em crédito em favor da Companhia contra a Receita Federal.

7.2 Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a ocorrência de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos e ajustados no pressuposto de sua realização futura.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado na Instrução Normativa CVM 371/2002. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	2017			2016		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais	**3.100.931**	**1.127.504**	**4.228.435**	2.747.762	1.000.364	3.748.126
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**807.274**	**290.619**	**1.097.893**	742.858	267.429	1.010.287
Provisão para contingências	**749.314**	**269.753**	**1.019.067**	747.114	268.961	1.016.075
Tributos com exigibilidade suspensa	**1.040.942**	**374.739**	**1.415.681**	940.784	338.682	1.279.466
Crédito fiscal incorporado (1)	**410.826**	**147.897**	**558.723**	501.273	180.458	681.731
Plano de pensão	**258.461**	**93.046**	**351.507**	224.102	80.677	304.779
Outras diferenças temporárias	**517.586**	**186.332**	**703.918**	451.893	162.682	614.575
	6.885.334	**2.489.890**	**9.375.224**	6.355.786	2.299.253	8.655.039
Passivo fiscal diferido						
Correção monetária especial	**(18.915)**	**(6.809)**	**(25.724)**	(18.915)	(6.809)	(25.724)
Plano de pensão	**(55.057)**	**(19.820)**	**(74.877)**	-	-	-
Ágio em aquisições (2)	**(628.998)**	**(185.446)**	**(814.444)**	(630.430)	(185.962)	(816.392)
Outras diferenças temporárias	**(12.223)**	**(3.802)**	**(16.025)**	(6.175)	(1.624)	(7.799)
Ativo fiscal diferido, líquido	**(715.193)**	**(215.877)**	**(931.070)**	(655.520)	(194.395)	(849.915)
	6.170.141	**2.274.013**	**8.444.154**	5.700.266	2.104.858	7.805.124

(1) Benefício fiscal oriundo de amortização do ágio vertido da incorporada NET. Conforme instrução CVM 319, bem como interpretação técnica ICP09 (R1) emitido pelo CPC, o referido imposto diferido ativo, teve como contrapartida a rubrica demonstrada "Reserva Especial de Ágio" no patrimônio líquido no montante de R$975.023, em 31 de dezembro de 2014.

(2) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda, NET Jundiaí Ltda, Big TV ESC 90 e BrTel.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Consolidado		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.055.170	1.898.566	6.953.736
Adições	780.452	262.079	1.042.531
Baixas	(135.356)	(55.787)	(191.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.700.266	2.104.858	7.805.124
Adições	**655.405**	**235.946**	**891.351**
Baixas	**(185.530)**	**(66.791)**	**(252.321)**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**6.170.141**	**2.274.013**	**8.444.154**

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Ano	**Consolidado (*)**
2018	**2.134.881**
2019	**1.026.325**
2020	**1.238.918**
2021	**553.308**
2022	**687.158**
2023	**487.435**
2024 a 2027	**3.247.199**
	9.375.224

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

8. Investimentos

Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos está demonstrada a seguir:

	Tvsat	Claro (1)	Americel	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	2.282.874	4.908.358	7.191.232
Resultado da equivalência patrimonial	(177.117)	(677.097)	(44.390)	(898.604)
Variação cambial em controlada no exterior	-	(1.883)	-	(1.883)
Outros efeitos na controlada	-	(957)	-	(957)
Aumento de capital (2)	-	4.950.855	-	4.950.855
Redução de capital (3)	-	-	(4.499.801)	(4.499.801)
Atualização de passivo atuarial	-	(88.829)	(67)	(88.896)
Dividendos prescritos	-	8.936		8.936
Aquisição de investimento (4)	1.507.425	-	-	1.507.425
Mudança de participação	-	(6.554)	72.376	65.822
Distribuição de dividendos (5)	-	-	(1.000)	(1.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.330.308	6.467.345	435.476	8.233.129
Resultado da equivalência patrimonial	**(1.741)**	**(630.675)**	**37.049**	**(595.367)**
Variação cambial em controlada no exterior	**-**	**(575)**	**-**	**(575)**
Aumento de capital (6)	**-**	**5.875**	**-**	**5.875**
Atualização de passivo atuarial	**(5)**	**46.758**	**(4.340)**	**42.413**
Mudança de participação	**-**	**(40)**	**-**	**(40)**
Distribuição de dividendos (7)	**-**	**-**	**(15.370)**	**(15.370)**
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.328.562**	**5.888.688**	**452.815**	**7.670.065**

1) A base para cálculo do investimento é o patrimônio líquido ajustado do direito de reserva pertencente ao controlador.

2) Em 20 de junho de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovado o aumento de capital da controlada Claro em R$170.043, com a emissão de 975.523 ações ordinárias, por meio de capitalização de crédito de titularidade da Companhia com sua controlada Americel decorrentes de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo assegurado aos acionistas da controlada Claro detentores de ações ordinárias ou preferenciais o direito de subscrição nas ações ora emitidas na proporção de 0,011148652 ações ordinária para cada ação que possuírem. Em 21 de julho de 2016, alguns acionistas exerceram o direito de preferência no valor de R$25.

   Em 29 de janeiro de 2016 foi deliberado em reunião do Conselho de Administração o aumento do capital social da controlada Claro no valor total de R$6.050.837 em espécie, mediante emissão de um total de 33.574.727 novas ações, sendo 26.527.784 ações ordinárias e 7.046.943 ações preferenciais. Tendo a Companhia integralizado R$4.780.838 em espécie mediante emissão de 26.527.783 ações, sendo 26.499.359 ações ordinárias e 28.424 ações preferenciais e pela acionista Telmex Solutions Telecomunicações S.A. o montante de R$1.270.000 em espécie mediante emissão de 7.046.943 ações, sendo 28.424 ordinárias e 7.018.519 preferenciais. As ações emitidas foram totalmente subscritas.

3) Em 18 de janeiro e em 20 de maio de 2016 foram aprovadas a redução do capital social da controlada Americel, no montante de R$2.920.000 e R$1.579.801, respectivamente, mediante o cancelamento de 69.110.238.759 ações ordinárias, por ser considerado excessivo em face de seu objeto social nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76. Essa última redução não teve impacto no caixa conforme descrito a seguir.

4) Em 20 de maio de 2016, por conta da redução de seu capital, a controlada Americel entregou à Companhia 1.381.081.359 ações ordinárias e 3.460.527.500 ações preferenciais de emissão da Tvsat.

5) Em 04 de agosto de 2016, em AGE, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$1.000 à conta de Reserva de Lucros, à razão de R$ 0,05 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

6) Em 05 de junho de 2017, foi deliberado em reunião do conselho de Administração o aumento de capital na controlada Claro no montante de R$5.875 oriundos de parcela da reserva especial de ágio, mediante emissão de 37.557 ações nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas foram totalmente subscritas pela Companhia.

7) Em 23 de junho de 2017, em AGE, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$15.000 à conta de Reserva de Lucros, à razão de R$ 0,78 por lote de 1.000 ações, constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, na forma do artigo 204 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2017, os detalhes das principais controladas diretas e coligada indireta, são como se seguem:

			Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
Empresa	**Lucro (Prejuízo) do exercício**	**Patrimônio líquido**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**	**Capital votante**
Claro	**(1.387.426)**	**12.973.785**	**48.330**	**40.185**	**45,47**	**83,21**
Americel	**37.049**	**452.814**	**19.225.475**	**-**	**100,00**	**100,00**
Tvsat	**(2.489)**	**1.899.172**	**3.460.528**	**3.460.528**	**69,95**	**39,91**

Os investimentos no consolidado estão compostos como se seguem:

	2017	2016
Tvsat – Investimento	**1.328.562**	1.330.308
Outros	**18**	21
	1.328.580	1.330.329

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação.

	Tvsat	
	2017	**2016**
Resumo do Balanço Patrimonial:		
Ativo circulante	**1.790.388**	1.195.014
Ativo não circulante	**1.292.621**	1.833.866
Total do ativo	**3.083.009**	3.028.880
Passivo circulante	**990.547**	983.528
Passivo não circulante	**193.290**	143.684
Patrimônio líquido	**1.899.172**	1.901.668
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.083.009**	3.028.880
Resumo da Demonstração de Resultados:		
Receita operacional líquida	**3.729.272**	3.538.855
Custos e despesas operacionais	**(3.725.591)**	(4.027.362)
Resultado financeiro, líquido	**570**	37.592
Imposto de renda e contribuição social	**(6.740)**	149.284
Prejuízo do exercício	**(2.489)**	(301.631)

Incorporação iMusica

Em AGE realizada em 30 de novembro de 2017, foi aprovada a incorporação da iMusica pela controlada Claro. A incorporação foi justificada pela racionalização de custos e simplificação de procedimentos societários, administrativos e contábeis. Esta ação não implicará em aumento de capital da controlada Claro nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social. A iMusica estará extinta de pleno direito e a controlada Claro a sucederá em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. A eficácia desta incorporação ocorreu em 30 de novembro de 2017.

Incorporação Net Brasil

Em AGE realizada em 29 de setembro de 2017, foi aprovada a incorporação da Net Brasil pela controlada Claro. A incorporação foi justificada pela racionalização de custos e simplificação de procedimentos societários, administrativos e contábeis. Esta ação não implicará em aumento de capital da controlada Claro nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social. A Net Brasil estará extinta de pleno direito e a controlada Claro a sucederá em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos. A eficácia desta incorporação ocorreu em 01 de outubro de 2017.

Aquisição e incorporação da BrTel

Em 2016 a controlada Claro adquiriu 100% do controle acionário da BrTel, sociedade que opera no mercado de televisão por assinatura e internet banda larga em algumas cidades dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A aquisição da BrTel foi efetivada após autorizações concedidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em 11 de dezembro de 2015 e 15 de janeiro de 2016, respectivamente.

A Administração finalizou o processo de elaboração dos valores individualizados dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos referentes ao investimento com os respectivos valores contábeis e valores justos da adquirida, de acordo com o CPC 15 e a Lei n° 12.973/14. O total da transação, foi de R$254.780 superando seu respectivo valor patrimonial em R$237.435, o qual se divide em diferença entre o valor contábil e o de mercado de bens do ativo imobilizado e intangível, no montante de R$4.767 e R$10.821 respectivamente, líquido de IR/CSLL diferidos e ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros, no montante de R$221.847.

O ágio apurado na transação será dedutível para fins fiscais respeitadas as condições previstas na legislação fiscal vigente.

Demonstramos a seguir, a composição do valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos da BrTel em 31 de janeiro de 2016:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE JANEIRO DE 2016

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	**29.891**	**Passivo Circulante**	**42.365**
Realizável a longo prazo	7.232		
Imobilizado	133.295		
Intangível	44.561		
Ativo Não Circulante	**185.088**	**Passivo não Circulante**	**139.681**
		Valor justo dos ativos adquiridos	**182.046**
		Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	**32.933**
		Ágio	221.847
Valor justo dos ativos adquiridos	**214.979**	**Valor da aquisição**	**254.780**

Em AGE realizada em 24 de fevereiro de 2017, pela controladora Claro, foi aprovada a incorporação de BrTel em 28 de fevereiro de 2017, visando principalmente uma otimização de custos operacionais e da estrutura de gestão.

9. Imobilizado

		Consolidado									
Custo		**Saldo em 31/12/2015**	**Aquisição de empresas**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (1)**	**Saldo em 31/12/2016**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (1)**	**Saldo em 31/12/2017**
Equipamentos de transmissão		52.185.544	225.115	2.176.423	(117.278)	1.768.974	56.238.778	**979.553**	**(182.786)**	**5.006.984**	**62.042.529**
Infraestrutura		8.349.669	1.462	19.273	(5.049)	425.447	8.790.802	**53.337**	**(11.060)**	**661.097**	**9.494.176**
Equipamentos de comutação		13.974.870	-	-	(86.688)	904.062	14.792.244	**-**	**(78.213)**	**750.388**	**15.464.419**
Prédios		1.352.734	3.134	676	-	9.539	1.366.083	**100**	**(104)**	**244.785**	**1.610.864**
Terrenos		417.637	3.280	-	-	(28)	420.889	**400**	**-**	**525**	**421.814**
Outros ativos imobilizados		4.891.706	7.186	107.153	(2.491)	191.371	5.194.925	**74.995**	**(20.637)**	**532.814**	**5.782.097**
Ajuste ao valor de realização (*"Impairment"*)		(1.360.775)	-	-	6	-	(1.360.769)	**-**	**1.309**	**-**	**(1.359.460)**
Imobilizado em andamento (2)		4.653.449	10	3.439.517	(11.985)	(3.402.239)	4.678.752	**5.666.654**	**(3.808)**	**(7.259.426)**	**3.082.172**
Total		84.464.834	240.187	5.743.042	(223.485)	(102.874)	90.121.704	**6.775.039**	**(295.299)**	**(62.833)**	**96.538.611**

Depreciação	**Vida útil estimada**	**Saldo em 31/12/2015**	**Aquisição de empresas**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (1)**	**Saldo em 31/12/2016**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências (1)**	**Saldo em 31/12/2017**
Equipamentos de transmissão	2,3,5,7,8,10,12 e 20	(34.165.119)	(102.734)	(4.613.117)	112.631	4.763	(38.763.576)	**(4.732.018)**	**184.319**	**(8.426)**	**(43.319.701)**
Infraestrutura	5,10,20 e 25	(5.213.638)	(101)	(671.574)	4.655	2.296	(5.878.362)	**(669.575)**	**8.265**	**510**	**(6.539.162)**
Equipamentos de comutação	3,4,5,7 e 10	(10.858.603)	-	(1.108.591)	86.415	3.603	(11.877.176)	**(1.114.718)**	**77.342**	**(30)**	**(12.914.582)**
Prédios	20 e 25	(1.077.900)	(368)	(35.446)	-	32	(1.113.682)	**(40.372)**	**76**	**(259)**	**(1.154.237)**
Outros ativos imobilizados	3,5 e 10	(3.055.388)	(3.690)	(330.662)	4.913	(7.160)	(3.391.987)	**(268.060)**	**17.819**	**8.459**	**(3.633.769)**
Ajuste ao valor de realização (*"Impairment"*)		1.331.918	-	5.234	(6)	-	1.337.146	**4.998**	**(1.297)**	**-**	**1.340.847**
Total		(53.038.730)	(106.893)	(6.754.156)	208.608	3.534	(59.687.637)	**(6.819.745)**	**286.524**	**254**	**(66.220.604)**
Imobilizado, líquido		31.426.104	133.293	(1.011.114)	(14.877)	(99.340)	30.434.067	**(44.706)**	**(8.775)**	**(62.579)**	**30.318.007**

1) Representam transferências de imobilizado em andamento para operação, bem como para o intangível.
2) Saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4G).

1) Bens vinculados aos contratos de concessão

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional, firmados na controlada Claro, estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços objeto das concessões, de modo a garantir a continuidade destes ao final das concessões.

Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

2) Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Claro possui imóveis e outros ativos imobilizados, arrolados e/ou nomeados à penhora em processos judiciais no montante de R$588.662 (R$555.070 em 31 de dezembro de 2016).

3) Satélite Star One D2

Em 20 de outubro de 2017, a controlada Star One assinou contrato com a SSL – Space Systems Loral para construção do satélite Star One D2, que será equipado com “transponders” 52 nas Bandas C e Ku, 20 Gbps de capacidade em Banda Ka e uma certa capacidade em Banda X. O investimento total desse projeto está estimado em US$323.000.000 e o lançamento deverá ocorrer no final de 2019.

O novo satélite complementará a cobertura de Banda Ka do Star One D1, ampliando as ofertas de backhaul e banda larga para todo o território nacional. O Star One D2 também garantirá a continuidade dos serviços em Banda C e Ku do Star One C2. Com a Banda Ku, o satélite fornecerá capacidade de dados, vídeo e Internet para órgãos do Governo e grandes empresas de diversos setores das Américas do Sul e Central, incluindo o México, além de possibilitar a transmissão de sinais para TV por Assinatura. As ofertas de sinais de TV Aberta serão garantidas pela Banda C.O valor do imobilizado em andamento do projeto do satélite D2 em 31 de dezembro de 2017 é de R$153.179.

4) Satélite Star One D1

Em 21 de dezembro de 2016, ocorreu o lançamento do Star One D1 que garantirá a continuidade dos serviços em Banda C. Ele tem ainda nova capacidade em Banda Ku para atender às demandas de dados, vídeo e internet de clientes corporativos e de governo no Brasil, nas Américas do Sul e Central, incluindo o México. Além disso, o novo satélite inaugurou a quarta geração de satélites da Companhia, focada em Banda Ka, voltada primariamente para o atendimento ao Plano Nacional de Banda Larga e backhaul de celular. A cobertura de Banda Ka do novo satélite abrange as regiões Nordeste, Sul, Sudeste e partes das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Em fevereiro de 2017 foi transferido da rubrica imobilizado em andamento para operação na rubrica de equipamento de transmissão no montante de R$1.242.332.

5) Juros capitalizados

A controlada Star One adota como prática capitalizar mensalmente os custos de empréstimos durante o período de construção de seus ativos qualificáveis (satélites), líquidos de receitas financeiras em conformidade com as práticas estabelecidas pelo CPC 20 (R1).

6) Revisão da vida útil

A administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua e com base na avaliação técnica profissional. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo e não identificou ajustes nas taxas de depreciação.

7) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis

Conforme descrito na Nota 3.11, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos indicativos de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

10. Intangível

		Consolidado							
Custo		**Saldo em 31/12/2015**	**Aquisição de empresas**	**Adições**	**Transferências (1)**	**Saldo em 31/12/2016**	**Adições**	**Transferências (1)**	**Saldo em 31/12/2017**
Licenças de outorga (2) (3)		11.068.741	-	-	3.116.706	14.185.447	**-**	**188.700**	**14.374.147**
Direito de uso de *software*		3.924.732	6.704	135.225	213.776	4.280.437	**60.080**	**184.291**	**4.524.808**
Ágio		3.546.979	221.848	-	-	3.768.827	**-**	**(1)**	**3.768.826**
Direito de uso de circuitos e de passagem		1.239.753	-	-	4.528	1.244.281	**-**	**349.301**	**1.593.582**
Fundo de comércio		91.207	-	-	369	91.576	**-**	**600**	**92.176**
Outros ativos intangíveis		123.198	-	42	-	123.240	**2**	**9.514**	**132.756**
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças		1.693.416	46.408	23.000	-	1.762.824	**99**	**(39.164)**	**1.723.759**
Ajuste ao valor de realização ("*Impairment*")		(163.234)	-	-	-	(163.234)	**-**	**2.803**	**(160.431)**
Intangível em andamento (3)		3.209.053	-	407.288	(3.232.505)	383.836	**543.306**	**(633.076)**	**294.066**
Total		24.733.845	274.960	565.555	102.874	25.677.234	**603.487**	**62.968**	**26.343.689**

Amortização	**Vida útil estimada**	**Saldo em 31/12/2015**	**Aquisição de empresas**	**Adições**	**Transferências (1)**	**Saldo em 31/12/2016**	**Adições**	**Transferências (1)**	**Saldo em 31/12/2017**
Licenças de outorga (2) (3)	6,15 e 20	(9.357.226)	-	(361.268)	-	(9.718.494)	**(529.998)**	**(1)**	**(10.248.493)**
Direito de uso de *software*	5	(2.675.544)	(3.754)	(204.556)	(5.190)	(2.889.044)	**(259.979)**	**(17.785)**	**(3.166.808)**
Ágio	-	(173.164)	-	-	-	(173.164)	**-**	**-**	**(173.164)**
Direito de uso de circuitos e de passagem	5,12,15,20 e 30	(366.022)	-	(82.815)	1.620	(447.217)	**(87.611)**	**179**	**(534.649)**
Fundo de comércio	1	(87.493)	-	(991)	-	(88.484)	**(1.042)**	**-**	**(89.526)**
Outros ativos intangíveis	5,10 e 20	(94.992)	-	(5.505)	36	(100.461)	**(236)**	**(28.698)**	**(129.395)**
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	3,7 - 6,7 e 10,75	(839.864)	(4.797)	(175.436)	-	(1.020.097)	**(131.272)**	**48.719**	**(1.102.650)**
Ajuste ao valor de realização ("*Impairment*")	-	163.234	-	-	-	163.234	**-**	**(2.803)**	**160.431**
Total		(13.431.071)	(8.551)	(830.571)	(3.534)	(14.273.727)	**(1.010.138)**	**(389)**	**(15.284.254)**
Intangível, líquido		11.302.774	266.409	(265.016)	99.340	11.403.507	**(406.651)**	**62.579**	**11.059.435**

(1) Representam transferências de intangível em andamento para operação, bem como o imobilizado para o intangível.

(2) As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do serviço móvel celular. O prazo para a exploração é de 15 anos renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à fiscalização da ANATEL e subordinadas às normas que regulamentam a exploração do Serviço Móvel Pessoal.

(3) No leilão para venda das faixas de frequência de 700 MHz nacionais, realizado pela ANATEL em 30 de setembro de 2014, a controlada Claro foi a vencedora em um dos lotes ofertados. Em 8 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o extrato do Termo de Autorização assinado junto à ANATEL. O valor total desta licença atualizada em 31 de dezembro de 2016 foi de R$2.964.976, registrado na linha de intangível em andamento em 31 de dezembro de 2014, sendo: R$1.739.118 referente ao valor total da licença de 700 MHz, pago na data da assinatura do Termo de Autorização; e R$1.225.858 (transação sem efeito caixa, ajustado a valor presente), referente à parcela de responsabilidade da controlada Claro decorrente do contrato assinado junto à ANATEL. As operadoras vencedoras deste leilão tiveram que constituir a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV ("EAD"), responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação. Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 4 parcelas anuais corrigidas pelo IGP-DI, sendo que a segunda parcela referente ao pagamento de 31 de janeiro de 2016 foi postergada por 12 meses, conforme Aditivo ao Termo assinado em 15 de fevereiro de 2016. Os montantes do Termo de Autorização, descritos acima, foram considerados como bens de ativo intangível em agosto de 2016 e estão sendo amortizados pelos prazos remanescentes da licença estipulados no Termo de Autorização. A entidade EAD foi constituída em 10 de março de 2015. Em 09 de abril de 2015 foi paga a 1° parcela de 4, o montante de R$370.378 e em 31 de janeiro de 2017 foram pagas as 2ª e 3ª parcelas no montante de R$858.991. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram capitalizados juros no montante de R$43.935.

11. Fornecedores

	Consolidado	
	2017	**2016**
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços		
Fornecedores diversos	**6.995.914**	7.451.552
Interconexão e *roaming*	**100.715**	96.228
Cobilling	**30.935**	30.712
	7.127.564	7.578.492
Circulante	**7.127.222**	7.435.876
Não Circulante	**342**	142.616

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado					
	2017			**2016**		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Moeda nacional						
Debêntures (a)	**23.962**	**2.500.000**	**2.523.962**	69.332	-	69.332
Notas promissórias (b)	**-**	**1.022.275**	**1.022.275**	-	-	-
Finame (c)	**294.539**	**331.787**	**626.326**	258.462	250.970	509.432
Finep (d)	**2**	**1.199**	**1.201**	-	-	-
Empréstimos CCB (e)	**65.037**	**-**	**65.037**	-	-	-
Total da dívida	**383.540**	**3.855.261**	**4.238.801**	327.794	250.970	578.764

Os empréstimos, financiamentos e debêntures contratados são para cobertura das necessidades operacionais das controladas. Em 31 de dezembro de 2017, a posição de endividamento era:

	Consolidado		
	2017		
	Montante	**%**	**Custo médio da dívida**
Em moeda nacional			
Debêntures	**2.523.962**	**59,5**	**103,3% CDI**
Notas promissórias	**1.022.275**	**24,1**	**102,4% CDI**
Finame	**626.326**	**14,8**	**133,1% CDI**
Finep	**1.201**	**0,0**	**72,6% CDI**
Empréstimos CCB	**65.037**	**1,6**	**107,0% CDI**
Total da dívida	**4.238.801**	**100,00**	**107,54% CDI**

a) Debêntures

Em 25 de outubro de 2017, a controlada Claro realizou a emissão de 1.500.000 debêntures quirografárias (quinta emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R$1.000,00, totalizando R$1.500.000 de principal, remuneradas a 102,9% do CDI, juros a serem pagos trimestralmente a partir de 16 de janeiro de 2018, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 16 de outubro de 2020. As debêntures emitidas não têm garantia.

Em 12 de setembro de 2017, a controlada Claro liquidou 60.000 debêntures quirografárias (quarta emissão), não conversíveis em ações, emitidas em 03 de março de 2017, de valor nominal unitário de R$10.000, totalizando R$600.000 de principal, remuneradas a 103,25% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

Os recursos obtidos foram integralmente utilizados para o reperfilamento de passivos da controlada Claro S.A..

Em 08 de junho de 2017, a controlada Star One liquidou 8.700 debêntures quirografárias (segunda emissão), não conversíveis em ações, emitidas em 25 de julho de 2016, de valor nominal unitário de R$100.000, totalizando R$870.000 de principal, cujo vencimento inicial era 25 de julho de 2017, remuneradas a 113,00% do CDI.

Em 02 de junho de 2017, a controlada Star One fez a 3ª emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, série única, no valor total de R$1.000.000. Foram emitidas 100.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$10.000, vencimento em 23 de maio de 2019, taxa de juros remuneratórios 103,90% do CDI, a serem pagos trimestralmente a partir de 02 de setembro de 2017. Os recursos obtidos foram integralmente utilizados para o reperfilamento de passivos da controlada Star One e o saldo remanescente para outros fins corporativos. As debêntures emitidas têm a garantia da controlada Claro S.A..

b) Notas promissórias

Em 12 de setembro de 2017, a controlada Claro emitiu 100 notas promissórias (segunda emissão), com valor nominal unitário de R$10.000.000, totalizando R$1.000.000, vencimento em 02 de setembro de 2019, taxa de juros remuneratórios 102,40% do CDI, a serem pagos ao final junto com o principal. Os recursos obtidos foram integralmente utilizados para o reperfilamento de passivos da controlada Claro e o saldo remanescente para outros fins corporativos. As notas promissórias emitidas não têm garantia.

c) Finame

Refere-se ao financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES") visando à expansão e modernização da rede de serviços.

A controlada Claro realizou o pré-pagamento de alguns contratos de operações de repasse de Finame junto ao BNDES, com o objetivo adequar o custo da sua dívida à atual taxa básica de juros praticada pelo mercado. Em 11 de outubro de 2017, ocorreu o pré-pagamento de R$129.918 de principal e juros de contratos de Finame.

Para todas as liberações de Finame, o prazo para amortização do valor de principal é até 2022, com taxas de juros variando de 3,0% a 9,5% a.a. e URTJLP.

Nas operações de Finame, os próprios equipamentos financiados se constituem em garantias fiduciárias.

d) Finep

Em fevereiro de 2017, a controlada Claro firmou contrato com a FINEP-Financiadora de Estudos e Projetos, para a obtenção de financiamento para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação.

A primeira parcela dos recursos, R$1.195 foram liberados em abril de 2017, com o prazo para pagamento de 10 anos, sendo 3 anos de carência e taxa de juros mensais – Taxa Referencial ("TR") + 5% de *spread*.

Em garantia a este financiamento, a controlada Claro apresentou uma carta fiança.

e) Empréstimos Cédula de Crédito Bancário ("CCB")

Em dezembro de 2017, para atender a seus compromissos financeiros, a controlada Claro emitiu CCB, no valor de R$65.000, com vencimento em 30 de janeiro de 2018 e taxa de juros remuneratórios 107,00% do CDI. A CCB emitida não tem garantia.

f) Compromissos financeiros e não financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas estão em cumprimento com as cláusulas de compromissos não financeiros apresentadas em seus contratos de e financiamentos e debêntures. Não há compromissos financeiros.

13. Obrigações fiscais e tributos diferidos, líquidos

	Consolidado	
	2017	**2016**
Obrigações fiscais, líquidas		
FUST/FUNTTEL /FISTEL	**180.421**	208.174
ICMS	**22.847**	7.668
PIS, COFINS, IRRF, IRPJ e CSLL	**52.294**	48.841
ISS	**10.250**	11.575
CIDE	**29.174**	7.970
Refis	**23.221**	-
Outros	**17.652**	15.385
Total	**335.859**	299.613
Circulante	**186.115**	149.142
Não circulante	**149.744**	150.471
Tributos diferidos passivos, líquidos		
Depreciação diferida dos satélites (1)	**157.467**	120.615
Juros capitalizados	**120.025**	135.155
Tributos diferidos na aquisição da BRTel (2)	**-**	28.824
Variação Cambial (3)	**14.365**	-
Outras diferenças temporárias	**(5.773)**	(17.784)
	286.084	266.810

(1) Depreciação por turno para fins fiscais.
(2) A controlada Claro adquiriu a controlada BRTel e reconheceu passivo diferido sobre diferenças temporárias calculadas sobre ajustes no balanço da adquirida. Em 2017 a BRTel foi incorporada pela Claro.
(3) A Controladora passou a reconhecer diferido passivo sobre a variação cambial pelo regime de caixa.

14. Provisões

	Controladora		Consolidado	
Natureza	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Contingências				
Tributárias	**255**	241	**5.444.913**	4.996.284
Regulatórias, cíveis e ambientais	**-**	-	**1.307.897**	1.273.048
Trabalhistas e previdenciárias	**-**	-	**410.659**	421.718
	255	241	**7.163.469**	6.691.050
Provisão para desmantelamento de ativos	**-**	-	**688.813**	669.471
Participação de empregados no resultado	**-**	-	**317.987**	325.359
Provisão para perdas com investimentos	**-**	-	**36**	-
Total de provisões	**255**	241	**8.170.305**	7.685.880
Circulante	**-**	-	**400.941**	390.267
Não circulante	**255**	241	**7.769.364**	7.295.613

14.1 Contingências

A movimentação dos saldos de contingências prováveis na controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora
	Tributárias
Saldo em 31 de dezembro de 2015	319
Atualização monetária	(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	241
Atualização monetária	**14**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**255**

	Consolidado			
	Tributárias	Regulatórias, cíveis e ambientais	Trabalhistas e previdenciárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.226.450	1.191.722	415.044	5.833.216
Aquisição de empresas	68.864	2.991	1.821	73.676
Adições/transferências	400.578	517.688	313.689	1.231.955
Baixas/reversões	(59.749)	(496.999)	(313.134)	(869.882)
Atualização monetária	360.141	57.646	4.298	422.085
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.996.284	1.273.048	421.718	6.691.050
Adições/transferências	**209.029**	**416.201**	**380.571**	**1.005.801**
Baixas/reversões	**(122.145)**	**(420.145)**	**(395.943)**	**(938.233)**
Atualização monetária	**361.745**	**38.793**	**4.313**	**404.851**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**5.444.913**	**1.307.897**	**410.659**	**7.163.469**

Depósitos e bloqueios judiciais:

	Consolidado	
	2017	2016
Tributário	**2.400.001**	2.175.593
Regulatórias, cíveis e ambientais	**484.601**	496.239
Trabalhista	**326.822**	266.246
Bloqueios judiciais	**3.071**	38.660
Total	**3.214.495**	2.976.738

A situação jurídica da Companhia e suas controladas englobam processos de natureza tributária, cível, regulatória e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. Segue abaixo descrição das principais contingências da Companhia e suas controladas. As contingencias cujo desfecho desfavorável é considerado como possível não estão provisionadas, conforme previsto no CPC 25 (IAS 37).

14.1.1 Contingências tributárias

Incluem diversas demandas tributárias, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

a) ICMS

As controladas Claro, Star One, PMS, TdB, BrTel e Americel possuem contingências fiscais de ICMS no valor de R$10.757.534 (R$10.114.048 em 31 de dezembro de 2016), do qual foi provisionado o valor de R$592.451 (R$552.871 em 31 de dezembro de 2016). Dentre as contingências de ICMS, destacamos:

A controlada Star One possui autuações fiscais para exigência de ICMS principalmente sobre a cessão de capacidade satelital. Em 31 de dezembro de 2017, essas causas montam a R$3.956.567 (R$3.713.471 em 31 de dezembro de 2016), as quais foram avaliadas como possíveis de perda pela Administração e seus consultores jurídicos.

As controladas Claro e Americel possuem também autuações fiscais de ICMS, em razão da declaração de inconstitucionalidade de determinados benefícios concedidos pelos Estados em desacordo com a Lei Complementar nº 24/75. O valor dessas contingências é de R$1.230.694 em 31 de dezembro de 2017 (R$1.089.924 em 31 de dezembro de 2016) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

A controlada Claro possui contingências fiscais, oriundas da incorporada NET, referente a exigência de ICMS, pelos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, em razão da não tributação das receitas decorrentes da locação de equipamentos, no valor de R$447.897 em 31 de dezembro de 2017 (R$435.512 em dezembro de 2016), do qual foi provisionado o valor de R$300.061, relativo ao auto de infração lavrado pelo estado do Rio de Janeiro (R$287.511 em dezembro de 2016). O valor remanescente é avaliado pela Administração e seus consultores jurídicos como possível de perda.

A controlada PMS possui autuação fiscal no valor atualizado de R$754.380 em 31 de dezembro de 2017 (R$713.317 em 31 de dezembro de 2016), referentes ao ICMS sobre determinadas atividades, entendidas como não integrantes dos serviços de comunicação de dados. A probabilidade de perda desta causa é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

As controladas Claro e Americel possuem ainda autuações fiscais decorrentes de crédito indevido de ICMS incidente sobre a energia elétrica utilizada como insumo em seus estabelecimentos operacionais, no valor de R$537.794 em 31 de dezembro de 2017 (R$528.551 em 31 de dezembro de 2016), classificadas como possíveis de perda por seus consultores jurídicos.

b) CSLL/IRPJ

Em 31 de dezembro de 2017, as controladas Claro, Americel, BrTel e Star One possuem contingências fiscais de IRPJ e CSLL, no valor de R$3.497.363 (R$3.590.019 em 31 de dezembro de 2016), do qual foi provisionado o valor de R$527.891 (R$505.289 em 31 de dezembro de 2016). Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos:

A controlada Claro possui exigência fiscal, oriunda da incorporada Embratel, relativa ao IRPJ e CSLL sobre as receitas decorrentes do tráfego entrante, no valor de R$280.352 (R$272.136 em 31 de dezembro de 2016), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores jurídicos como provável, tendo sido constituída provisão pelo valor integral.

A controlada Claro possui contingência fiscal referente à exigência de IRPJ e CSLL resultantes da amortização supostamente indevida do ágio pago em aquisições de investimentos, no montante de R$2.127.689 em 31 de dezembro de 2017 (R$1.944.297 em 31 de dezembro de 2016). Em julgamento realizado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente. A decisão não é definitiva e, se ao final confirmada, implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, em decisão definitiva, acolheu o recurso interposto pela controlada Claro e cancelou definitivamente a contingência fiscal relativa à exigência de multa pela não entrega de arquivos magnéticos nos formatos previstos na Instrução Normativa nº 86/2001, cujo valor atualizado, com perda classificada como possível, era de R$365.589 em 31 de dezembro de 2016.

c) IRRF/CIDE

As controladas Claro, Americel, Star One e TdB possuem autuações fiscais de IRRF e CIDE no valor de R$523.888 em 31 de dezembro de 2017 (R$483.170 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes, dentre outros, do suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Deste montante, R$11.565 em 31 de dezembro de 2017 (R$12.737 em 31 de dezembro de 2016) são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como perdas prováveis e R$512.323 em 31 de dezembro de 2017 (R$470.433 em 31 de dezembro de 2016) são classificados como perdas possíveis.

d) PIS/COFINS

As controladas Claro, Americel, TdB e BrasilCenter possuem autuações de PIS e COFINS no valor de R$5.517.315 em 31 de dezembro de 2017 (R$5.133.012 em 31 de dezembro de 2016), do qual foi provisionado o valor de R$3.467.900 (R$3.206.837 em 31 de dezembro de 2016). Dentre as contingências de PIS e COFINS, destacamos:

As controladas Claro e Americel possuem contingências de PIS e COFINS que estão relacionadas principalmente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, em tese idêntica ao caso ora em discussão no STF em sede de repercussão geral (RE 574.706), que ainda aguarda decisão final de mérito e de modulação de efeitos da decisão, bem como relacionada a exclusão de receitas de interconexão da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R$3.450.033 em 31 de dezembro de 2017 (R$2.958.633 em 31 de dezembro de 2016), tendo sido constituída provisão no valor integral da contingência.

As controladas Claro e Americel possuem ainda contingências fiscais relacionadas a glosas de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo, no valor de R$1.576.390 em 31 de dezembro de 2017 (R$1.486.361 em 31 de dezembro de 2016). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.

e) FUST/FUNTTEL

As controladas Claro, Americel, PMS, TdB, BrTel e Star One possuem autuações da ANATEL relativas à exigência de FUST no valor de R$2.858.286 atualizados em 31 de dezembro de 2017 (R$2.521.876 em 31 de dezembro de 2016), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como probabilidade de perda provável o montante de R$1.521 atualizados em 31 de dezembro de 2017 (R$ 1.924 em 31 de dezembro de 2016) e o restante como possível.

As controladas Claro, Americel, PMS, TdB, BrTel e Star One possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL no valor de R$955.919 em 31 de dezembro de 2017 (R$905.022 em 31 de dezembro de 2016), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUNTTEL. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como probabilidade de perda provável o montante de R$761 atualizados em 31 de dezembro de 2017 (R$ 962 em 31 de dezembro de 2016) e o restante como possível.

f) Saldo negativo de IRPJ e Base Negativa de CSLL

As controladas Claro, Star One, PMS e TdB possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de Saldo Negativo de IRPJ e Base Negativa de CSLL, no valor de R$347.126 em 31 de dezembro de 2017 (R$336.040 em 31 de dezembro de 2016), tendo sido constituída provisão no montante de R$130 em 31 de dezembro de 2017 (R$130 em 31 de dezembro de 2016).

g) ISS

As controladas Claro, Americel e BrasilCenter possuem contingências de ISS, substancialmente decorrentes do não recolhimento do ISS sobre diversos serviços de telecomunicações, inclusive serviços de TV por assinatura, considerados pela fiscalização como tributáveis pelo ISS. Em 31 de dezembro de 2017 o montante de R$4.706 (R$4.251 em 31 de dezembro de 2016) foi provisionado e R$585.679 (R$529.332 em 31 de dezembro de 2016) são classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis de perda.

h) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC

As controladas Claro e Americel possuem contingência relacionada à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública no valor de R$827.427 em 31 de dezembro de 2017 (R$691.586 em 31 de dezembro de 2016), do qual foi provisionado o valor de R$823.563 (R$679.273 em 31 de dezembro de 2016).

i) Taxa de Fiscalização e Instalação (“TFI”)

As controladas Claro e Americel possuem contingência referente ao não recolhimento da TFI supostamente devida em razão das renovações das licenças de direito de uso de radiofrequências no valor de R$2.306.171 em 31 de dezembro de 2017 (R$2.169.111 em 31 de dezembro de 2016). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda.

j) Outras contingências tributárias

A controlada Claro possui contingências de IOF, em razão do não pagamento do referido imposto sobre operações de conta corrente mercantil entre empresas do mesmo grupo provisionados, no valor de R$6.036 em 31 de dezembro de 2017 (R$6.333 em 31 dezembro de 2016).

A Companhia e suas controladas Claro, Americel e TdB e Star One possuem outras contingências fiscais, referentes a questões envolvendo CPMF, ITR, IPI, IOF, II, Contribuições para o Senai e para o FGTS, multas na importação de mercadorias e outros, no valor de R$255 na controladora e R$102.969 no consolidado em 31 de dezembro de 2017 (R$241 na controladora e R$122.446 no consolidado em 31 de dezembro de 2016). Foi constituída provisão no valor de R$255 na controladora e R$7.977 no consolidado em 31 de dezembro de 2017 (R$241 na controladora e R$24.616 no consolidado em 31 de dezembro de 2016).

14.1.2 Contingências regulatórias, cíveis, ambientais e trabalhistas e previdenciárias

Incluem diversas demandas cíveis, ambientais e trabalhistas, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

Em relação às demandas regulatórias, no consolidado, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2017 foi de R$2.392.047, sendo R$794.810 provável e R$1.597.237 possível (R$867.097 provável e R$1.217.377 possível em 31 de dezembro de 2016).

Para as demandas cíveis, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2017, foi de R$1.903.825, sendo R$366.999 provável e R$1.536.826 possível (R$395.931 provável e R$1.349.683 possível, em 31 de dezembro de 2016).

Para as demandas de consumidor, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2017, foi de R$1.796.530, sendo R$134.821 provável e R$1.661.709 possível (R$155.162 provável e R$1.963.034 possível, em 31 de dezembro de 2016).

Para as demandas ambientais foi de R$231.029, R$11.267 no provável e R$219.763 possível (R$10.020 provável e R$191.843 possível, em 31 de dezembro de 2016).

Para as demandas trabalhistas foi de R$3.043.088, sendo R$410.659 no provável e R$2.632.429 no possível (R$421.718 no provável e R$2.037.475 no possível, em 31 de dezembro de 2016).

Em agosto de 2015, decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), o que acarretaria, conforme avaliação de especialistas, um aumento expressivo aproximado dos valores contingenciados. No entanto, em decisão datada em 14 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), motivo pelo qual as correções monetárias continuam sendo realizadas com base na Taxa Referencial Diária (TRD).

As controladas Claro, Americel, PMS, BrasilCenter e Star One possuem contingências referentes à exigência de contribuições previdenciárias, no período de 1996 a 2013, no valor atualizado de R$169.487 em 31 de dezembro de 2017 (R$170.838 em 31 de dezembro de 2016), das quais R$412 (R$374 em 31 de dezembro de 2016) foram classificadas como perda provável e R$169.075 (R$170.464 em 31 de dezembro de 2016) foram classificadas como perda possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

14.1.2.1 Regulatórias

a) ANATEL - Encargos financeiros sobre o preço de outorgas

a.1) Correção monetária

Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela ANATEL e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas outorgas adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia calculou o montante da diferença com base em um método e indicadores específicos. Se forem utilizados outros métodos ou indicadores, o valor da indenização pode aumentar. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia constituiu provisão de R$661.385 (R$645.092 em 31 de dezembro de 2016) com risco provável.

a.2) MMDS

Em 16 de outubro de 2012, a controlada Claro venceu a licitação pública 004/2012/PVC/SPV da ANATEL, adquirindo algumas subfaixas do espectro de rádio MMDS. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com as empresas de MMDS para os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das subfaixas, nos termos do art. 12, da Resolução nº 544, de 11 de agosto de 2010.

Devido à impossibilidade de acordo com as empresas de MMDS, a controlada Claro e outras empresas buscaram a ANATEL para mediar este conflito. A ANATEL fixou o montante de R$104.674, para pagamento até dia 21 de julho de 2013. Em caso de atraso no pagamento, seriam acrescidos valores decorrentes da incidência de juros de 1% ao mês, sem prejuízo das sanções aplicáveis em decorrência da correção monetária pelo IGP-DI.

Em julho de 2013 a controlada Claro entrou com ação judicial em desfavor da ANATEL e empresas de MMDS, por entender ilegal o ato da ANATEL, a fim de obter uma decisão judicial com a definição dos custos de substituição e remanejamento. Foi concedida a liminar para suspender a exigibilidade do ato da ANATEL em questão, que posteriormente foi revertida pelo Tribunal, que considerou o ato da ANATEL legal. Por esta razão em 06 de janeiro de 2014 a controlada Claro efetuou o depósito judicial de R$107.957, a fim de prosseguir com as discussões. A controlada Claro apelou de tal decisão, que está pendente de julgamento. Durante o ano de 2016, a controlada Claro e algumas empresas parte Ré realizaram acordo pondo fim às disputas objeto da ação judicial em comento. Referidos acordos não implicam em reconhecimento de tese de uma parte à outra, estando os respectivos termos ainda pendentes de homologação judicial. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, como perda possível.

b) <u>Pagamento do ônus pela prorrogação do contrato de concessão do STFC</u>

Os Contratos de Concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos termos dos contratos, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado, em 31 de dezembro de 2017, R$24.519 como perda provável (R$21.710 em 31 de dezembro de 2016) e R$119.905 como perda possível (R$106.703 em 31 de dezembro de 2016).

c) Pagamento do ônus pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências associadas à autorização do SMP

Os termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP) preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos termos dos respectivos termos de autorização, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais e administrativas tendo a Administração e seus consultores jurídicos, avaliado, em 31 de dezembro de 2017, R$182.959 (R$146.701 em 31 de dezembro de 2016) como perda provável.

d) Implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica

Em decorrência dos transtornos causados aos usuários do sistema de telefonia, ocorridos no âmbito das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações em 3 de julho de 1999, data da implantação do novo sistema nacional de numeração telefônica, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais no valor de R$1.930 em 31 de dezembro de 2017 (R$1.826 em 31 de dezembro de 2016), avaliadas pela Administração e seus consultores jurídicos como perda possível.

e) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's)

Em decorrência de alegado descumprimento de metas estabelecidas pela ANATEL, a agência instaurou processos administrativos, resultando em multas que estão sendo questionadas administrativa e judicialmente, tendo a Administração e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2017 o valor de R$108.906 como perda provável e R$1.355.496 como perda possível (R$106.011 como perda provável e R$1.108.848 como perda possível em 31 de dezembro de 2016).

f) Obrigações de Fazer referente ao PADO 2042/2010 (Bens Reversíveis)

No segundo semestre de 2015, a ANATEL aplicou multa de R$9.840, classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos, e fixou 3 obrigações de fazer para a controlada Claro:

- Obrigação de depositar o valor de R$869.528 em conta vinculada, até a definitiva aplicação dos recursos na concessão ou, no caso de ter havido substituição dos bens alienados, a diferença entre o preço de alienação e o valor da aquisição, no prazo de 180 dias contados a partir da intimação da decisão. Este valor representa, na visão da ANATEL, os valores dos bens que, ano após ano, foram sendo retirados das listas de patrimônio que foram sendo sucessivamente informadas à ANATEL, a cada ano, sem justificativa para as supostas baixas.

- Obrigação de incluir, mediante aditamento específico, em todos os instrumentos firmados após o início da vigência do Regulamento de Bens Reversíveis que ainda estiverem vigentes, as cláusulas obrigatórias, conforme o caso, de indispensabilidade, de sub-rogação e de não oneração, no mesmo prazo de 180 dias.

- Obrigação de requerer, nas ações judiciais que estiverem em curso, a substituição de todos os bens reversíveis (imóveis ou não) onerados por determinação judicial, no prazo de 30 dias. A LGT e a regulamentação exigem que a oneração seja antecedida por anuência da ANATEL.

Tais decisões são objeto de recurso interposto na ANATEL, com requerimento de efeito suspensivo.

14.1.2.2 Cíveis

a) Decreto (SAC)

Em 27 de julho de 2009, foi movida uma ação civil coletiva ajuizada pelo Ministério Público Federal e outros, em face da controlada Claro, pleiteando indenização por danos morais coletivos, por alegado descumprimento de normas de proteção ao consumidor (art. 82, I e III da Lei 8.078/90), no que diz respeito às regras que disciplinam o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) por telefone, regulamentado pelo Decreto 6.523/08.O valor envolvido é de R$301.350 como perda possível. Em setembro de 2013, a controlada Claro foi condenada ao pagamento de R$30.000, a título de danos morais coletivos. A controlada, junto de seus assessores jurídicos, apresentou recurso em 16 de outubro de 2013, pendente de julgamento. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, como perda possível.

b) Disputa com terceiros

A Companhia possui contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, tendo a Administração destas controladas e seus consultores jurídicos avaliado em 31 de dezembro de 2017 R$366.999 como provável (R$337.867 em 31 de dezembro de 2016) e R$1.536.826 (R$1.349.683 em 31 de dezembro de 2016), como perda possível.

14.2 Provisão para desmantelamento de ativos

As controladas Claro e Americel mantém registradas provisões para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante registrado no consolidado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R$259.767 (R$267.338 em 31 de dezembro de 2016). E o montante de R$688.813 no consolidado a crédito no passivo, na rubrica de outros passivos não circulante (R$669.471 em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia. A taxa de desconto foi estimada com base na Selic, sendo 7,0% em 31 de dezembro de 2017 (13,75% em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	Consolidado	
	2017	**2016**
Saldo inicial	**669.471**	690.465
Atualização monetária	**(26.667)**	(17.283)
Adições (baixas), líquidas	**46.009**	(3.711)
Total	**688.813**	669.471

15. Transações com partes relacionadas

15.1. Condições gerais

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo.

Certas transações (*cobilling*, longa distância, venda de equipamentos, *fees* referentes aos serviços prestados de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas conforme contrato de prestação de serviços, taxa cobrada pelo uso da marca “Claro” e outros), por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Conforme descrito na Nota 1 e Nota 10, a controlada Claro, junto com as demais operadoras adquirentes da Radiofrequência na faixa de 700MHz (através do leilão realizado em dezembro de 2014), constituíram em 2 de março de 2015 a Associação Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD).

Conforme descrito na Nota 16, as controladas Claro, Star One, PMS e TdB são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados junto a Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social (“Telos”).

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

		Consolidado					
		2017		2016		2017	2016
	Natureza da transação	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)
AMX Argentina	(a)	**497.919**	**-**	650.235	-	**212.208**	175.462
Comunicación Celular, S.A. ("Comcel")	(b)	**86.712**	**-**	87.171	-	**290.675**	312.161
Claro Servicios Empresariales		**-**	**-**	-	875.930	**(93.887)**	(137.876)
Amov Finance B.V	(c)	**-**	**25.771.528**	-	27.190.932	**(3.198.748)**	(3.065.694)
Claro Chile (*)		**954**	**369.493**	2.057	790.824	**(47.293)**	(1.985)
América Movil		**-**	**27.337**	-	-	**-**	(201.181)
Telmex Colombia S.A.		**35.728**	**762**	21.942	710	**76.610**	64.322
Procisa do Brasil Projetos e Construções ("Procisa")		**3.608**	**43.177**	6.054	69.717	**(121.481)**	(166.956)
DLA, INC - Digital Latin America, LLC ("DLA")		**-**	**133.371**	-	139.457	**(101.182)**	(158.959)
HITSS do Brasil Serviços (" HITSS ")		**376**	**54.851**	219	54.475	**(112.372)**	(87.250)
Telmex Latam		**-**	**146.840**	-	153.816	**(22.929)**	(17.631)
Cablena		**29**	**21.807**	31	10.063	**(3.024)**	(2.059)
Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. (**)		**562.441**	**1.169.764**	461.281	371.307	**257.128**	224.745
Outras partes relacionadas		**29.353**	**400.838**	46.055	436.855	**192.538**	(222.676)
		1.217.120	**28.139.768**	1.275.045	30.094.086	**(2.671.757)**	(3.285.577)
Circulante		**1.217.120**	**2.267.165**	1.275.045	8.836.466		
Não circulante		**-**	**25.872.603**	-	21.257.620		

(*) Inclui contrato de aquisição de Direito Irrevogável de Uso de Capacidade no montante de R$227.051 em 31 de dezembro de 2017 (R$300.266 em 31 de dezembro de 2016).

(**) Inclui alguns serviços de valor adicionado prestados.

(a) Em 07 de março de 2008, a controlada Claro e a AMX Argentina, firmaram o contrato de licença para uso pela AMX Argentina de diversas marcas de propriedade da Claro, para uso da AMX Argentina no território argentino. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida pela AMX Argentina durante os trimestres. O prazo deste contrato foi de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos.

(b) Refere-se a serviços de consultoria de assistência técnica, administrativa e de vendas, prestados pela controlada Claro, conforme contratos de prestação de serviços e assistência técnica, com base em percentual calculado sobre as receitas operacionais das empresas assessoradas. Possuem vencimentos de 30 a 60 dias e não há incidência de encargos financeiros, incorrendo apenas atualização pela variação do dólar norte-americano. O prazo desses contratos é de um ano, renovável a cada término de vigência.

(c) As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

Empresa	Referência	Parte Relacionada	Taxas efetivas a.a.	Principal	Vencimento (*)
Claro	(c)	Amov Finance B.V.	10,50%	R$ 430.000	28 de dezembro de 2020
TdB	(c)	Amov Finance B.V.	10,80%	R$ 258.240	28 de dezembro de 2020
Claro	(c)	Amov Finance B.V.	10,50%	R$ 3.297.000	14 de março de 2024
Claro	(c)	Amov Finance B.V.	11,50%	R$ 22.477.000	15 de março de 2027

(*) Todos os contratos listados acima são sem garantias.

Em 28 de dezembro de 2017, a controlada Claro com a TdB fizeram uma reestruturação de dívida com partes relacionadas, com o objetivo de alongar o perfil da dívida, e reduzir a taxa de juros.

O saldo de R$433.680 (principal R$430.000 e juros líquidos R$4.329) do contrato, da controlada Claro, cujo vencimento ocorreria dia 29 de dezembro de 2017, foi refinanciado com a Amov Finance B.V., com vencimento para 28 de dezembro de 2020 e taxa de juros fixa de 10,50% a.a..

O saldo de R$274.291 (principal R$258.940 e juros líquidos R$18.060), do contrato da TdB, cujo vencimento ocorreria dia 30 de dezembro de 2017, foi refinanciado com a Amov Finance B.V., com vencimento para 28 de dezembro de 2020 e taxa de juros fixa de 10,80% a.a..

De outubro a dezembro de 2017, a Companhia e suas subsidiárias liquidaram e anteciparam alguns contratos de empréstimos com a Amov Finance B.V. e Claro Servicios Empresariales, em montante de principal R$1.819.968 e de juros incorridos de R$558.607.

De julho a dezembro de 2017, a controlada Claro antecipou a liquidação de alguns contratos de empréstimos com a Amov Finance B.V. e Claro Chile, em montante de principal R$1.134.700 e de juros de R$745.398.

De abril a junho de 2017, a controlada Claro e suas subsidiárias liquidaram antecipadamente alguns contratos de empréstimo com a Amov Finance B.V., Claro Holding, Claro Communicaciones, Claro Servicios e Claro Chile, totalizando principal R$1.329.470 e juros incorridos no período de R$1.056.960.

Em março de 2017, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida, com a quitação integral de 14 contratos de dívida junto a Amov Finance B.V. no valor de principal R$26.392.046 e de juros R$1.176.813, e a contratação de quatro novos contratos de dívida junto a Amov Finance B.V. no valor de R$27.310.661 com prazo de sete e dez anos, conforme abaixo:

Devedor	Valor (R$)	Taxa	Vencimento
Claro S.A.	10.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027
Claro S.A.	9.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027
Claro S.A.	5.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027
Claro S.A.	3.310.661	10,50% a.a.	14 de março de 2024

Em 29 de março de 2017, a controlada Claro contratou novo empréstimo junto a Amov Finance B.V. no valor de R$810.000, à taxa de 12,50%, com vencimento previsto para 29 de dezembro de 2017. Este empréstimo foi utilizado integralmente para compor o pagamento da taxa Fistel.

Em fevereiro de 2017, a controlada Claro antecipou o pagamento de um contrato de empréstimo com a Amov Finance B.V. no montante de principal R$42.300.

15.2. Remuneração dos administradores

	Consolidado	
	2017	**2016**
Salário	**11.119**	10.922
Benefícios diretos e indiretos	**961**	1.256
Participação nos resultados	**8.183**	9.966
Outros	**982**	797
Total	**21.245**	22.941

16. Planos de benefício pós-emprego

Demonstrativo de movimentação do passivo atuarial no consolidado:

	Consolidado	
	2017	**2016**
Saldo inicial	**1.135.531**	802.231
Outros resultados abrangentes	**70.958**	296.276
Atualizações atuariais	**2.058**	3.703
Custo dos serviços e juros, líquidos	**121.937**	95.833
Pagamentos efetuados	**(60.854)**	(62.512)
Saldo final	**1.269.630**	1.135.531
Circulante	**21.340**	20.029
Não circulante	**1.248.290**	1.115.502

As controladas Claro, Star One, PMS, TdB e Americel são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, quais sejam: (i) Plano de Benefício Definido ("PBD") e Plano de Assistência Médica ("AMAP") para os aposentados participantes do PBD: incorporada Embratel; (ii) Plano de Contribuição Variável ("PCV"): controladas Claro, Star One, PMS, TdB e Americel; (iii) Plano de saúde: controladas Claro e Americel; e (iv) Plano Gerador de Benefício Livre ("PGBL"): controladas Claro e Americel.

As controladas Claro e Americel oferecem plano de saúde a seus empregados, que representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função da Lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego.

Os planos de benefícios previdenciários e de assistência médica mencionados acima constituem-se nos únicos benefícios pós-empregos concedidos aos empregados.

À exceção dos planos de saúde oferecidos aos atuais empregados, os demais planos de benefícios previdenciários e de assistência médica, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

Por conta das obrigações com o AMAP e plano de saúde, a Companhia possui obrigações, no passivo não circulante consolidado, que somavam R$1.248.290 em 31 de dezembro de 2017. O montante de contribuições projetadas para o AMAP no exercício de 2018 é de R$60.058.

Em 30 de abril de 2014, foi aprovada pela Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social ("PREVIC"), a alteração do regulamento do PBD, e publicada no Diário Oficial no dia 2 de maio de 2014. A alteração regulamentar, aprovada também pelo Conselho Deliberativo da Telos e com a anuência das patrocinadoras, consiste na exclusão de uma das fontes de custeio do mesmo, ou seja, a eliminação da contribuição mensal dos assistidos, tendo em vista a existência de Reserva Especial (montante decorrente do resultado superavitário, para revisão do plano de benefícios, de acordo com o art. 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008), bem como da elaboração de estudo atuarial que constatou a possibilidade de não mais haver a contribuição mensal dos assistidos sem que isso cause qualquer impacto ao plano.

Em 31 de dezembro de 2017, a posição consolidada de participantes do PBD era: 3 ativos, 3.285 aposentados e pensionistas.

As controladas Claro e Americel ofereciam aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL, por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos.

A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford.

A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à Telos, entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAÚPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014.

O PCV foi instituído pela Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora para participantes inscritos antes de 31 de outubro de 2014 é de 1% à 8% e para inscritos após esta data é de 1% a 7% do salário aplicável do participante (mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário base, livremente escolhido pelo participante), além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a incorporada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo PCV. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto a Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2017, monta à importância de R$21.340 no circulante.

Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014.

As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCV até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores manterão todas as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento.

Em 31 de dezembro de 2017 a posição consolidada de participantes do PCV era: 6.154 ativos, 265 com benefício proporcional diferido e 2.027 aposentados e pensionistas. O montante de contribuições projetadas para o exercício de 2018 é de R$6.597.

O valor do principal é pago no mês em que o participante se aposenta, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do plano.

Os compromissos assumidos com benefícios pós-emprego são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, pelo atuário externo, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados.
Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, consolidadas:

	31/12/2017		
Ativo (passivo) de benefícios	**AMAP e plano de saúde**	**PBD**	**PCV**
Valor presente das obrigações atuariais	**(1.252.032)**	**(2.095.041)**	**(1.520.542)**
Valor justo dos ativos	**5.206**	**3.405.253**	**1.900.347**
Superávit (déficit) do plano	**(1.246.826)**	**1.310.212**	**379.805**
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	**-**	**(1.089.954)**	**(381.271)**
Plano de benefício ativo, líquido	**-**	**-**	**2**
Dívida contratada	**-**	**-**	**(21.340)**
Total do passivo atuarial	**(1.246.826)**	**220.258**	**(22.804)**

Seguem as movimentações da obrigação referente aos planos:

	31/12/2017		
	AMAP e plano de saúde	**PBD**	**PCV**
Saldo inicial	**(1.114.366)**	**(2.073.069)**	**(1.467.618)**
Custo do serviço corrente	**(4.968)**	**-**	**(637)**
Custo dos juros	**(117.742)**	**(214.691)**	**(152.032)**
Ganho/perdas atuariais	**(16.318)**	**192.719**	**(29.751)**
Benefícios pagos para ativos do plano	**1.362**	**-**	**129.496**
Saldo final	**(1.252.032)**	**(2.095.041)**	**(1.520.542)**

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	31/12/2017		
	AMAP e plano de saúde	**PBD**	**PCV**
Saldo inicial	**4.859**	**3.186.590**	**1.996.816**
Rendimentos sobre ativos do plano	**773**	**335.396**	**209.970**
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	**(591)**	**71.760**	**(184.280)**
Contribuições da patrocinadora	**54.112**	**-**	**7.337**
Benefícios pagos	**(53.947)**	**(188.493)**	**(129.496)**
Saldo final	**5.206**	**3.405.253**	**1.900.347**

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável) para os seguintes planos:

	31/12/2017	
	PBD	**PCV**
Saldo inicial	**(1.113.521)**	**(529.200)**
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	**(120.706)**	**(57.364)**
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	**144.273**	**205.293**
Saldo final	**(1.089.954)**	**(381.271)**

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações dos seguintes planos:

Ano	**AMAP e plano de saúde**	**PBD**	**PCV**
2018	63.366	185.251	132.845
2019	71.318	190.157	137.308
2020	79.521	194.878	141.742
2021	88.171	199.200	146.112
2022	97.425	203.251	150.381
2023 a 2027	622.449	1.062.391	809.339

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	31/12/2017		
	AMAP e plano de saúde	**PBD**	**PCV**
Custo do serviço corrente	**(4.968)**	**-**	**(637)**
Juros líquido passivo (ativo)	**(117.742)**	**1**	**574**
	(122.710)	**1**	**(63)**

Principais premissas atuariais utilizadas:

a) Fatores econômicos

(i) Taxa de desconto	10,18% a.a.
(ii) Taxa anual de inflação a longo prazo	4,50% a.a.
(iii) Crescimento dos custos médicos	6,00% a 11,00% a.a.
(iv) Crescimento dos custos médicos por faixa etária	4,00% a.a.
(v) Custo médico (máximo) anual, aos 65 anos de idade	R$10.264(1)

(1) Baseado na experiência do plano com participantes aposentados nos exercícios de 2015 a 2017.

Fatores biométricos

(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (2)
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	PBD, AMAP e plano de saúde: CSO 80 e PCV: CSO 58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	UP 84 Modificada (2)
(iv) Rotatividade	Nula

(1) Tábuas específicas por sexo.

Análise de sensibilidade

As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como seguem:

Mortalidade	**PCV: Mudança de tábua PBD e AMAP e plano de saúde: 1 ano de crescimento da expectativa de vida**
Taxa de desconto	Crescimento/redução de 1%
Crescimento dos custos médicos	Crescimento/redução de 1%

As análises de sensibilidade, apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as demais:

	Taxa de desconto		Custos médicos	
Plano de benefícios	**1%**	**-1%**	**1%**	**-1%**
PBD	**1.955.721**	**(2.255.148)**	**-**	**-**
AMAP e plano de saúde	**1.126.133**	**(1.403.288)**	**1.400.017**	**(1.127.078)**
PCV	**1.404.500**	**(1.654.879)**		

A natureza dos investimentos dos planos está alocada como segue:

	Consolidado em 31 de dezembro de 2017		
	AMAP e plano de saúde	**PBD**	**PCV**
Ações	**-**	**5,20%**	**3,40%**
Fundos de investimento	**100,00%**	**88,40%**	**95,80%**
Investimentos imobiliários	**-**	**6,00%**	**0,80%**
Outros	**-**	**0,40%**	**-**
	100,00%	**100,00%**	**100,00%**

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$9.509.569, divididos em 203.583.506.268 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 26 de fevereiro de 2016, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária aumento de capital social na Companhia no montante de R$ 1.876.000, mediante a capitalização do contrato de adiantamento para futuro aumento de capital firmado em 26 de janeiro de 2016 com o acionista Amov I, S.A. de C.V., gerando a emissão de 43.368.803.589 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 0,04325690 por ação, fixado nos termos do artigo 170, §1º, da Lei 6.404/76, com base no valor do patrimônio líquido da ação. Dessa forma, o aumento de capital foi totalmente subscrito pelo acionista Amov I, S.A. de C.V. com anuência e renúncia de preferência do acionista Amov IV, S.A. de C.V..

b) Reservas de lucros

1. Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes de os lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido anual para esta reserva até que a reserva seja igual a 20% do valor total do capital. Em 31 de dezembro de 2016, foram absorvidos pela reserva legal, o montante de R$153.451 de parte do prejuízo do exercício.

2. Ganhos e perdas em transações de capital

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou perda por mudança de percentual de participação no capital de controladas, no montante total de R$40 (R$6.554 em 31 de dezembro de 2016).

c) Outros resultados abrangentes

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos e perdas atuariais e reflexo de variação cambial sobre o investimento líquido no exterior.

d) Prejuízo por ação

	2017	2016
Resultado do período atribuível aos acionistas da companhia:		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	**(614.587)**	(857.711)
Denominador (por lote de mil ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	**203.583.506**	196.929.662
Resultado básico e diluído por lote de mil ações, em reais:		
Ação ordinária	**(3,02)**	(4,36)

A Companhia não possui nenhuma ação ordinária potencial que pudesse diluir o cálculo do prejuízo por ação.

18. Informações por segmento

A Companhia possui dois segmentos: telecomunicações e satélite. O segmento de telecomunicações abrange serviços locais, de longa distância nacional e de internacional, comunicações de dados, TV por assinatura venda de *handsets*, acessórios e outros serviços. O segmento de satélite fornece capacidade satelital para serviços de radiocomunicação, tais como (i) serviços de rede; (ii) serviços de telecomunicação ponto a ponto; e (iii) difusão de programação de rádio e televisão.

31 de dezembro de 2017	Telecomunicações	Satélite	Eliminações (*)	Consolidado
Receita operacional líquida	**32.077.325**	**690.167**	**(761.266)**	**32.006.226**
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos (**)	**(13.488.467)**	**(62.000)**	**627.725**	**(12.922.742)**
Lucro bruto (**)	**18.588.858**	**628.167**	**(133.541)**	**19.083.484**
Despesas operacionais	**(9.459.744)**	**(28.867)**	**132.330**	**(9.356.281)**
Depreciação e amortização	**(7.538.292)**	**(271.786)**	**15.681**	**(7.794.397)**
Equivalência patrimonial	**(203.134)**	**-**	**201.354**	**(1.780)**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**1.387.688**	**327.514**	**215.824**	**1.931.026**
Resultado financeiro	**(3.775.997)**	**(71.311)**	**(13.679)**	**(3.860.987)**
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	**(2.388.309)**	**256.203**	**202.145**	**(1.929.961)**
Ativos operacionais	**71.983.757**	**2.699.697**	**(9.922.827)**	**64.760.627**
O total do ativo inclui:				
Imobilizado	**28.024.150**	**2.383.667**	**(89.810)**	**30.318.007**
Contas a receber	**5.308.375**	**69.396**	**-**	**5.377.771**
Investimentos	**10.511.574**	**-**	**(9.182.994)**	**1.328.580**
Passivos operacionais	**49.604.221**	**1.464.724**	**(825.442)**	**50.243.503**

(*) As eliminações referem-se, basicamente, às transações intersegmento e aos saldos eliminados na consolidação.
(**) Exclui o valor de depreciação e amortização mencionada em linha específica.

31 de dezembro de 2016	Telecomunicações	Satélite	Eliminações (*)	Consolidado
Receita operacional líquida	32.647.033	625.656	(793.730)	32.478.959
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos (**)	(14.348.082)	(87.490)	617.847	(13.817.725)
Lucro bruto (**)	18.298.951	538.166	(175.883)	18.661.234
Despesas operacionais	(9.651.720)	(29.166)	175.883	(9.505.003)
Depreciação e amortização	(7.352.094)	(180.275)	1.757	(7.530.612)
Equivalência patrimonial	(211.054)	-	-	(211.054)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.084.083	328.725	1.757	1.414.565
Resultado financeiro	(3.714.734)	(13.516)	(1.757)	(3.730.007)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(2.630.651)	315.209	-	(2.315.442)
Ativos operacionais	61.791.160	2.730.060	(456.815)	64.064.405
O total do ativo inclui:				
Imobilizado	28.131.167	2.483.740	(180.840)	30.434.067
Contas a receber	5.531.581	68.738	(275.975)	5.324.344
Investimentos	1.330.329	-	-	1.330.329
Passivos operacionais	47.420.198	1.303.853	(456.815)	48.267.236

(*) As eliminações referem-se, basicamente, às transações intersegmento e aos saldos eliminados na consolidação.
(**) Exclui o valor de depreciação e amortização mencionada em linha específica.

19. Receita operacional, líquida

	Consolidado	
	2017	**2016**
Receita bruta de bens e serviços	**44.281.415**	45.249.904
Deduções de vendas:		
Tributos	**(10.961.510)**	(11.420.740)
Descontos	**(1.290.528)**	(1.269.656)
Devoluções	**(23.151)**	(80.549)
Receita operacional, liquida	**32.006.226**	32.478.959

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

20. Custos e despesas por natureza

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Consolidado	
	2017	**2016**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	**(19.877.074)**	(20.529.321)
Despesas comerciais	**(7.266.493)**	(7.172.799)
Despesas gerais e administrativas	**(3.702.000)**	(3.793.289)
Outras receitas operacionais, líquidas	**772.147**	642.069
	(30.073.420)	(30.853.340)
Serviços de terceiros	**(6.906.491)**	(6.967.149)
Depreciação e amortização	**(7.794.397)**	(7.530.612)
Mão de obra própria	**(3.820.795)**	(3.819.866)
Interconexão	**(1.596.008)**	(2.064.358)
Canais de conteúdo	**(3.847.810)**	(3.680.206)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	**(1.153.816)**	(1.358.503)
Taxas e contribuições	**(1.415.087)**	(1.543.701)
Aluguéis	**(1.203.689)**	(1.036.307)
Publicidade	**(1.050.337)**	(1.097.801)
Perdas e créditos de liquidação duvidosa (1)	**(1.076.394)**	(1.148.654)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	**(208.596)**	(606.183)
	(30.073.420)	(30.853.340)

(1) Compreende, também, outras perdas relacionadas com contas a receber.

21. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Receitas financeiras				
Receitas com operações financeiras	**3.033**	5.286	**311.443**	466.355
Variações cambiais, líquidas	**-**	45.709	**103.220**	490.243
Variações monetárias, líquidas	**-**	-	**28.293**	-
	3.033	50.995	**442.956**	956.598
Despesas financeiras				
Despesas com operações financeiras e juros	**(173)**	(7.297)	**(4.303.943)**	(4.500.222)
Variações cambiais, líquidas	**(3.462)**	-	**-**	-
Variações monetárias, líquidas	**(3.455)**	(1.960)	**-**	(186.383)
	(7.090)	(9.257)	**(4.303.943)**	(4.686.605)
	(4.057)	41.738	**(3.860.987)**	(3.730.007)

22. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Corrente				
Imposto de renda	**-**	-	**(82.104)**	(21.212)
Contribuição social	**-**	-	**(29.609)**	(7.496)
	-	-	**(111.713)**	(28.708)
Diferidos				
Imposto de renda	**10.562**	-	**494.634**	491.992
Contribuição social	**3.803**	-	**175.841**	173.721
	14.365	-	**670.475**	665.713
	14.365	-	**558.762**	637.005

A Companhia e algumas controladas possuem créditos fiscais no montante total de R$266.430 em 31 de dezembro de 2017 (R$268.420 em 31 de dezembro de 2016), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(600.222)**	(857.711)	**(1.929.961)**	(2.315.442)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	**204.075**	291.622	**656.187**	787.250
Ajustes para cálculo do crédito tributário:				
Equivalência patrimonial	**(202.425)**	(305.525)	**(605)**	(71.758)
Perdas com recebíveis	**-**	-	**(23.247)**	(13.851)
Prejuízos fiscais não constituídos contabilmente	**(469)**	(1.664)	**(6.403)**	(4.329)
Variação cambial em regime de caixa (*)	**(15.542)**	15.542	**(15.542)**	15.542
Preço de transferência	**-**	-	**-**	(25.160)
Outras adições (exclusões)	**(4)**	25	**12.309**	10.964
Outros ajustes permanentes	**-**	-	**(63.937)**	(61.653)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	**(14.365)**	-	**558.762**	637.005
Imposto de renda e contribuição social correntes	**-**	-	**(111.713)**	(28.708)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(14.365)**	-	**670.475**	665.713
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(14.365)**	-	**558.762**	637.005
Taxa efetiva	**2,4%**		**-29,0%**	-27,5%

(*) Trata-se da Variação Cambial da Companhia, onde passamos a tributar pelo regime de caixa em 2016, porém o diferido passivo só foi reconhecido contabilmente em 2017.

23. Instrumentos financeiros

Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante aproximam-se dos valores de mercado, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária. As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas. Os saldos de mútuos com partes relacionadas aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes.

Da mesma forma, os saldos de instrumentos financeiros aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes, e em conformidade com os preços divulgados pelo Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para cada ativo.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados:

a) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	2017	**2016**
Caixa e equivalentes de caixa	**154.744**	51.557
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**(4.238.801)**	(578.764)
Endividamento líquido	**4.084.057**	527.207
Patrimônio líquido	**14.517.124**	15.797.169
	28,13%	3,34%

b) Critérios, premissas e limitações nos cálculos do valor justo

- Caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos, contas a receber e a pagar a curto prazo.

  Os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento a curto prazo desses instrumentos.

- Debêntures

  Os saldos contábeis aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes, e em conformidade com os preços divulgados pelo Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

c) Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar

Cenário I - Provável	Dólar - 5%	R$3,1426
Cenário II	Dólar - 25%	R$2,4810
Cenário III	Dólar - 50%	R$1,6540

Risco de alta do dólar

Cenário I	Dólar + 5%	R$3,4734
Cenário II	Dólar + 25%	R$4,1350
Cenário III	Dólar + 50%	R$4,9620

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

		Ganho/(perda)		
Operação	**Posição em 31/12/2017**	**Cenário I provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
Queda do US$				
Fornecedores	(421.631)	21.082	105.408	210.815
Outros (Ativos-Passivos)	44.742	(2.237)	(11.186)	(22.371)
Total		**18.845**	**94.222**	**188.444**
Alta do US$				
Fornecedores	(421.631)	(21.082)	(105.408)	(210.815)
Outros (Ativos-Passivos)	44.742	2.237	11.186	22.371
Total		**(18.845)**	**(94.222)**	**(188.444)**

d) Risco da taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes cenários:

Cenário	Cenário I	Cenário II
CDI em 31/12/2017	CDI + 20%	CDI – 20%
6,89%	8,27%	5,51%

Abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

		Ganho/(perda)	
Operação	**Posição em 31/12/2017**	**Cenário I**	**Cenário II**
Dívida indexada a CDI	R$3.546.238	(72.996)	70.450

A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

e) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares ("*dealers*") e distribuidores de cartões pré-pago.

A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições.

O risco de crédito com relação às contas a receber dos serviços de telefonia móvel celular, TV por assinatura, internet banda larga e telefonia fixa é diversificado por conta da pulverização da base de assinantes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, visualizar o sinal de TV por assinatura e conectar à internet, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL.

A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantém limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência.

A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais.

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas. A tabela abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida de longo prazo existente em 31 de dezembro de 2017:

Ano	Consolidado
2019	**2.223.138**
2020	**1.591.166**
2021 a 2022	**40.957**
	3.855.261

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

24. Compromissos

A Companhia e suas controladas alugam equipamentos, lojas, prédios administrativos e sites, por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

	Consolidado
2018	**2.763.654**
2019 a 2022	**2.741.862**
2023 a 2026	**1.658.504**
Total	**7.164.020**

25. Seguros

A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R$1.097.922 abrangendo todas as empresas do grupo.

26. Garantias

A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações fiscais, cíveis e trabalhistas no montante de R$8.763.502 em 31 de dezembro de 2017 (R$7.609.188 em 31 de dezembro de 2016).

27. Eventos subsequentes

Em 16 de fevereiro de 2018, foi aprovado pelo Registro Mercantil a AGE realizada em 18 de dezembro de 2017, que aprovou a redução do capital social da TdB no montante de R$317.781, cancelando apenas ações de titularidade da controlada Claro. Assim, o pagamento efetuado a controlada Claro foi realizado por intermédio da entrega de 38.461.539 ações ordinárias de emissão da Star One que eram de propriedade da TdB, além de R$0,89 em moeda.

Building a better working world

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Claro Telecom Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Claro Telecom Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Building a better working world

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Os principais assuntos de auditoria abaixo relacionados são aplicáveis apenas às demonstrações financeiras consolidadas.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

1. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia e suas subsidiárias possuíam registrado na rubrica de tributos diferidos ativos o montante líquido de R$8.444.154 mil em 31 de dezembro de 2017, referente a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, conforme detalhado na nota explicativa 7.2. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão do lucro tributável futuro e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia, desempenho externo do mercado e determinados indicadores financeiros, consideramos nossos procedimentos nesta área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:

- Teste dos controles da Companhia sobre os tributos diferidos ativos, incluindo os controles sobre a análise de realização de tais tributos;
- Envolvimento de nossos profissionais especialistas em avaliação de ativos para auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e realização futura desses tributos;
- Envolvimento de nossos especialistas em impostos para auxiliar nas análises sobre o cálculo dos tributos diferidos ativos;

- Análise das projeções para a realização dos tributos diferidos preparadas pela Administração, que incluiu, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança;
- Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação aos tributos diferidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do saldo de tributos diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de recuperabilidade do saldo de tributos diferidos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 7.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Imobilizado e intangível, incluindo ágio

A Companhia e suas subsidiárias possuíam registrado nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R$30.318.007 mil e R$11.059.435 mil, dos quais R$3.595.662 mil são referentes aos ágios provenientes de diversas aquisições de negócios. Para o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, a Companhia executa anualmente o teste de redução ao valor recuperável. Para o ativo imobilizado e intangível com vidas úteis definidas, a Companhia efetua o teste de redução ao valor recuperável quando há indicativos de que esses ativos não são realizáveis. O citado teste é efetuado com base em seu plano plurianual de negócios e projeções de fluxo de caixa futuro. As premissas utilizadas neste procedimento estão divulgadas nas notas explicativas 3.11 e 3.15 e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia, desempenho externo do mercado e determinados indicadores financeiros, consideramos nossos procedimentos nesta área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:

- Teste dos controles da Companhia sobre as análises de redução aos valores recuperáveis dos ativos imobilizado e intangível;
- Envolvimento de nossos profissionais especialistas em avaliação de ativos para nos auxiliar com as análises sobre as projeções de fluxo de caixa futuro e com os testes de redução ao valor recuperável;

- Análise das projeções preparadas pela Administração para determinar o valor recuperável destes ativos, que incluiu, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança;
- Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação ao imobilizado e intangível, incluindo ágio.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.11 e 3.15, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Reconhecimento de Receita

O reconhecimento de receita da Companhia envolve um alto grau de controle de tecnologia da informação para se assegurar de que todas as receitas de serviços prestados e de mercadorias vendidas tenham sido mensuradas corretamente, e devidamente registradas dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes a serviços prestados ainda a serem faturadas. As receitas auferidas pela Companhia e suas controladas e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados na nota explicativa 3.20.

Tendo em vista a complexidade do processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação e a asseguração da integridade das informações extraídas dos sistemas de faturamento e utilizadas como elementos essenciais nos cálculos da apuração da estimativa da receita a faturar e, portanto, o correto reconhecimento das receitas da Companhia, consideramos nossos procedimentos nessa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:

- Teste de controles internos: (i) do ambiente geral de controles de tecnologia da informação estabelecidos pela Companhia, que incluem os controles sobre o gerenciamento de acesso aos sistemas e dados e o gerenciamento de mudanças nos sistemas; e (ii) controles automatizados estabelecidos pela Administração relacionados ao processo de reconhecimento de receita, bem como, controles para assegurar a integridade dos relatórios extraídos dos sistemas que são utilizados para determinação do saldo contábil de receita de serviços a faturar, tendo sido identificadas deficiências no desenho dos controles internos associados às atualizações nas tabelas de preços nos sistemas relacionados à receita de venda de mercadorias da subsidiária Claro S.A.

- Análise do cálculo da estimativa da receita de serviços a faturar;
- Teste dos relatórios extraídos do sistema utilizados para cálculo da receita de serviços a faturar;
- Exames documentais da receita faturada para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As deficiências no desenho dos controles internos da subsidiária Claro S.A. mencionadas acima alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria referente às receitas da subsidiária Claro S.A., face a não termos concluído sobre a efetividade operacional de tais controles ao longo do ano.

Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e mensuração das receitas, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Passivos contingentes tributários

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais de natureza tributária em diversas esferas. Conforme divulgado na nota explicativa 14, o total de causas cuja probabilidade de perda provável é de R$ 5.444.913 mil e possível de R$23.015.123 mil, sendo registrado no passivo não circulante o montante de R$5.444.913 mil.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação da possibilidade de perda de cada processo, assim como a estimativa do valor de perda dos processos considerados com probabilidade de perda provável, e também da definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria sobre os passivos contingentes tributários incluíram, dentre outros:

- Entendimento com base em discussões com a Administração e seus assessores legais internos, sobre os processos em andamento, riscos e controles implementados pela Administração;

- Envio de cartas de confirmação aos assessores jurídicos externos contratados pela Administração indagando quanto ao prognóstico em relação às causas patrocinadas e os valores envolvidos em cada ação que a Companhia é parte e confronto com os registros contábeis correspondentes em 31 de dezembro de 2017;
- Testes dos controles da Companhia que suportam a elaboração das demonstrações financeiras e suas respectivas divulgações;
- Testes de validação aritmética dos montantes registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 comparativamente aos controles utilizados para apurar as estimativas para os processos em andamento cujo prognóstico foi considerado provável pela Administração.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Building a better
working world

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Building a better
working world

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Building a better
working world

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Luiz Carlos Marques
Contador CRC-1SP147693/O-5